
ECOLOGIA

IARA RODRIGO

**A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO A
PARTIR DE TESES E DISSERTAÇÕES**



Rio Claro
2021

IARA RODRIGO

A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
UM ESTUDO A PARTIR DE TESES E DISSERTAÇÕES

Orientadora: Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio
Claro, para obtenção do grau de Ecóloga.

Rio Claro
2021

R696r Rodrigo, Iara
A Reforma Agrária no Brasil e a Educação Ambiental : um
estudo a partir de teses e dissertações / Iara Rodrigo. -- Rio
Claro, 2021
58 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ecologia) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de
Biociências, Rio Claro
Orientadora: Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho

1. Educação Ambiental Crítica. 2. Reforma Agrária. 3. MST.
4. EArte. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Aos que ousam lutar nas ruas, no campo, na academia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente aos meus pais, minhas irmãs e namorado pelo amor, carinho e cuidado dedicados a mim.

Agradeço também à Professora Dr.^a Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho pela orientação realizada.

Primeiro cantar do galo, já se levanta da cama
e o camponês se mistura à terra que tanto ama.

Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.

Amar a terra, e nela plantar semente,
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.

(Caminhos alternativos, canção da Reforma Agrária)

RESUMO

A concentração fundiária é uma herança do processo colonizador no Brasil, e o modelo agrário atual tem refletido esse histórico de desigualdades e violências perpetradas em meio rural. A reforma agrária surge, portanto, como política urgente para descentralizar a posse de terra, a fim de frear a desigualdade social no campo e garantir o abastecimento interno nacional e a soberania alimentar de maneira sustentável. Nesse contexto, o presente trabalho corresponde a uma pesquisa documental qualitativa do tipo “estado da arte”, e se propôs a buscar as pesquisas brasileiras feitas entre os anos de 2006 e 2016 por estudantes de pós-graduação em suas teses e dissertações em Educação Ambiental não-formal, com o objetivo de compreender como é estabelecida a relação entre EA e reforma agrária nas pesquisas já realizadas, quais os referenciais teóricos e metodológicos utilizados, e quais as principais conclusões obtidas. Após a leitura dos resumos de 35 trabalhos encontrados no banco de dados do “Projeto EArte”, foram selecionadas 9 pesquisas, as quais constituíram o *corpus* documental. A maioria das pesquisas estão vinculadas a instituições de ensino superior federais, concentradas especialmente na região Sul do país, palco de importantes manifestações camponesas nos anos 80. A partir do *corpus* documental, foi feito um recorte de três pesquisas que associavam de maneira direta a EA à Reforma Agrária. Nesses trabalhos, os referenciais teóricos adotados demonstram o engajamento das publicações dentro da abordagem crítica da Educação Ambiental, devido à escolha de autores que defendem um modelo emancipatório e transformador de educação, como Paulo Freire e Marcos Reigota. Todas as pesquisas são de caráter qualitativo, e foram utilizadas diferentes metodologias no percurso investigativo das mesmas, como entrevistas, análise documental e a construção de mapas mentais. Observou-se que a luta pela terra e o direito agrário são eixos norteadores dentro das ações em EA realizadas dentro dos assentamentos rurais, e ainda que nos discursos dos assentados não relacionem os temas diretamente, a redistribuição agrária é intrínseca à construção de sociedades sustentáveis e justas, reivindicações tanto dos movimentos sociais camponeses quanto da própria EA crítica.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica, EArte, Reforma Agrária, MST, Movimentos Sociais.

ABSTRACT

Land concentration is a legacy of the colonizing process in Brazil, and the current agrarian model has reflected this history of inequalities and violence perpetrated in rural areas. Therefore, agrarian reform emerges as an urgent policy to decentralize land tenure, in order to curb social inequality in the countryside and guarantee national domestic supply and food sovereignty in a sustainable way. In this context, the present work corresponds to a qualitative documentary research of the “state of the art” type, and proposed to seek the Brazilian research carried out between the years 2006 and 2016 by graduate students in their theses and dissertations in non formal Environmental Education, in order to understand how the relationship between EE and land reform is established in the research already carried out; which theoretical and methodological references are used, and which are the main conclusions obtained. After reading the abstracts of 35 works found in the “Projeto Earte” database, 9 researches were selected, which constituted the documentary *corpus*. Most of the research is linked to federal Universities, concentrated especially in the southern region of the country, scene of important peasant protests in the 1980s. From the documentary *corpus*, three researches that directly associated EA Agrarian Reform were selected. In these works, the theoretical references adopted demonstrate the engagement of publications within the critical approach to Environmental Education, due to the choice of authors who defend an emancipatory and transformative model of education, such as Paulo Freire and Marcos Reigota. All research had a qualitative nature, and different methodologies were used in their investigative path, such as interviews, document analysis and the construction of mental maps. It was observed that the struggle for land and agrarian law are guiding axes within the EE actions carried out within rural settlements, and even though the settlers’ speeches do not directly relate the environmental theme, agrarian redistribution is intrinsic to the construction of sustainable societies and fair demands from both the peasant social movements and the critical EA itself.

Keywords: Critical Environmental Education, Earte, Agrarian Reform, MST, Social Movements.

SUMÁRIO

Lista de gráficos	8
Lista de tabelas	9
Lista de abreviaturas e siglas	10
Introdução	12
1. Fundamentos históricos e teóricos	16
1.1 Questão agrária e estrutura fundiária brasileira: herança colonial à república	16
1.2 A Reforma Agrária enquanto reivindicação pós-ditadura: avanços e desafios	20
1.3 Resistência e campesinato	22
1.4 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra	23
1.5 Educação Ambiental Crítica	25
2. Procedimentos metodológicos de pesquisa	29
2.1 O Projeto EArte	29
2.2 Referenciais metodológicos	30
2.3 Constituição do <i>corpus</i> documental	31
3. Resultados em discussão	35
3.1 Mapeamento do <i>corpus</i> documental	35
3.2 A relação entre Educação Ambiental e Reforma Agrária nas teses e dissertações brasileiras: aspectos teóricos e metodológicos	41
3.2.1 Os referenciais metodológicos adotados	42
3.2.2 Os referenciais teóricos adotados	44

3.2.3 Fragilidades e potencialidades: as principais conclusões obtidas	46
Considerações finais	51
Referências	53

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Relação entre propriedades rurais familiares e não-familiares nos censos agropecuários de 2006 e 2017.	22
Gráfico 2 – Quantidade de teses e dissertações publicados durante os anos de 2006 a 2016 e catalogadas no Banco de Dados do Projeto EArte, as quais constituem o <i>corpus</i> documental definitivo dessa pesquisa.	36
Gráfico 3 - Quantidade total de teses e dissertações publicadas entre 2006 e 2016, que resultam da busca pelos termos “Reforma Agrária”, “questão agrária” e MST, catalogadas no Banco de Dados do Projeto EArte, em comparação com a quantidade de teses e dissertações que compõem o <i>corpus</i> documental definitivo, em relação ao ano de publicação.	37
Gráfico 4 - Número de famílias assentadas (em mil) até 1994 e de 1995 a 2018, em relação aos governos vigentes.	38
Gráfico 5 - Número de teses e dissertações presentes no <i>corpus</i> documental analisado, por regiões brasileiras.	39
Gráfico 6 - Número de teses e dissertações presentes no <i>corpus</i> documental analisado, por Instituição de Ensino Superior (IES).	40

Lista de tabelas

Tabela 1 - Frequência em que os termos buscados aparecem nos títulos, resumos e/ou palavras-chave das teses e dissertações presentes no Banco de Dados do Projeto EArte.	31
Tabela 2 - Número de teses e dissertações em EA cadastradas no bancos do EArte excluídas e em dúvida após leitura dos resumos	31
Tabela 3 - Teses e dissertações excluídas, incluídas e não encontradas para a constituição do <i>corpus</i> documental definitivo, após leitura dos trabalhos completos.	32
Tabela 4 - Códigos de identificação, autores, títulos, instituição de ensino superior (IES), programa de pós graduação e ano dos trabalhos que compõem o <i>corpus</i> documental definitivo.	32
Tabela 5 - Número de publicações presentes no <i>corpus</i> documental correspondentes a dissertações e a teses, respectivamente.	35
Tabela 6 - Número de publicações presentes no <i>corpus</i> documental oriundas de diferentes tipos de Instituições de Ensino Superior (IES).	40
Tabela 7 - Códigos e trechos de pesquisas que compõem o <i>corpus</i> documental, que demonstram relações explícitas entre Reforma Agrária e Educação Ambiental em seus objetivos.	41

Lista de abreviaturas e siglas

APP	Área de Proteção Permanente
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
CPA	Cooperativas de Produção Agropecuária
EA	Educação Ambiental
FAG	Frente Agrária Gaúcha
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MIRAD	Ministério para o Desenvolvimento e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONG	Organização Não-Governamental
PCB	Partido Comunista do Brasil
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores

UDR	União Democrata Ruralista
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
Univates	Universidade do Vale do Taquari

INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil tem como pano de fundo um cenário marcado pela concentração fundiária e as desigualdades decorrentes, com uma linha temporal construída por meio de consecutivas violações da terra, das populações e dos seres vivos de maneira geral. A partir da chegada dos colonizadores, as terras nacionais foram divididas de acordo com os interesses da Coroa portuguesa no modelo de sesmarias, que as distribuíu a fim de ocupá-las com membros da elite e, dessa forma, capilarizar seu controle e domínio sobre o território (MIRALHA, 2006).

Sendo assim, o modelo agrícola colonial foi o de *plantations*, o qual se baseava em extensas propriedades rurais voltadas à produção monocultora destinada à exportação, tendo a mão-de-obra escrava como força motriz (MIRALHA, 2006; SZMRECSÁNYI, 1990). O regime das sesmarias se manteve até 1822, mas mesmo após a sua suspensão não foi substituído ou reformulado, vigorando até meados de 1850, quando essa mesma elite instituiu a Lei de Terras, estratégia encontrada para manter inalterada a posse das mesmas, impedindo seu livre acesso e sua transferência para populações de outros grupos sociais que não a oligarquia agrária já estabelecida (MIRALHA, 2006; VEIGA, 1981). Ainda hoje, esse modelo persiste como herança no cenário agrário nacional, no qual se mantém o sistema de latifúndios destinados à monocultura e à exportação, e a propriedade privada e a desigualdade consistem em alicerces para que se mantenha e perdure.

Oliveira (2007, p. 127) afirma que “o Brasil se caracteriza por ser um país que apresenta elevadíssimos índices de concentração da terra. No Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou”, e as estatísticas e índices que concernem à distribuição de terras são alarmantes e denunciam um quadro marcado por abusos e explorações em diversos âmbitos, hoje respaldados também pelo discurso capitalista neoliberal (BOMBARDI, 2012; CARNEIRO, CIOCCARI, 2012; CUBAS, 2012). Ademais do uso da terra direcionado sobretudo ao mercado externo, muitos desses latifúndios encontram-se em desuso ou são propriedades obtidas através da grilagem, ou seja, da falsificação de documentos comprobatórios sobre sua posse. Apesar de extensos lotes não estarem, portanto, cumprindo alguma função social, ainda assim a reforma agrária e a redistribuição de terras segue sendo inviabilizada devido aos interesses de uma parcela ínfima, porém influente da população (STÉDILE, 1994).

Ainda que a história narre uma realidade em que a exploração de homens, mulheres e dos recursos naturais, bem como de toda a natureza, tornou-se corriqueira e sistemática, os movimentos contrários ao sistema vigente também se mantiveram intrínsecos ao mesmo, e atualmente se organizam como grupos reconhecidos dentro do movimento campestre, o qual tem como reivindicação primeira a reforma agrária (MARTINS, 1997). Como aponta Martins (1997, p.12):

[...] surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra. (MARTINS, 1997, p.12)

Um dos expoentes da luta campestre no Brasil é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), grupo engendrado em plena ditadura militar, e que busca a desapropriação de latifúndios e sua redistribuição entre trabalhadores rurais, comprometidos a produzirem de maneira sustentável e com foco no mercado interno (CALDART, 2001; FERNANDES, 2000).

Paralelamente, na segunda metade do século XX, a Educação Ambiental (EA) ascende como uma das estratégias técnico-políticas que objetivam frear e reverter os descompassos presentes entre o sistema político-econômico e o cenário socioambiental (GONÇALVES, 1990).

No Brasil, a EA se institucionalizou em meio a conflitos durante a ditadura militar, assumindo uma postura de resistência; contudo, o campo não tem uma abordagem única, tampouco é homogêneo, de forma com que dentro da própria EA existem diferentes perspectivas e posicionamentos. Nesse sentido, Layrargues e Lima (2014) destacam três macrotendências da EA: a “conservacionista”, a “pragmática” e a “crítica”. Enquanto as tendências conservacionista e pragmática se eximem de um posicionamento sociopolítico sobre os problemas ambientais, a tendência crítica se posiciona na contramão desse movimento, adotando postura política em sua perspectiva sobre as estratégias para o enfrentamento da crise socioambiental, tendo em sua mira a desigualdade como agravante primeiro e trazendo noções como a de “justiça ambiental” (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

A partir desse viés, a questão agrária figura, portanto, entre um dos assuntos de relevância para a educação ambiental, visto que a gestão de terras agrícolas e as

desigualdades e violências perpetradas no campo repercutem no manejo de áreas silvestres e de recursos naturais; na emissão de poluentes em corpos hídricos, no solo, na atmosfera e seu contato com seres vivos, etc. Sendo assim, é de suma importância que se desenvolvam pesquisas cujo objetivo está em abordar a questão agrária e a educação ambiental de maneira correlacionada, visto que o social e ecológico são temas indissociáveis (LOUREIRO, 2008), bem como sistematizar e analisar o material já produzido acerca do assunto.

Diversos autores, como Megid Neto (2008) e Payne (2009), apontam para a importância da organização e da análise das pesquisas já realizadas em EA a fim de favorecer o desenvolvimento de uma identidade, credibilidade e papel político da educação ambiental, bem como fomentar a elaboração de políticas públicas que se pautem nas mesmas, para contribuir com uma EA que seja emancipatória. Contudo, no Brasil as pesquisas ainda são incipientes, de forma a deixar uma lacuna acerca do tema (LOUREIRO, 2008; SCHERER-WARREN, 1993). Sendo assim, sistematizar e catalogar as teses e dissertações já realizadas até então envolvendo ambos os temas faz-se necessário para o fortalecimento desse campo de pesquisa, a fim de fomentar essa discussão e auxiliar futuros pesquisadores que queiram compreender quais os referenciais teóricos mais utilizados e que tipo de trabalhos vem sendo conduzidos a respeito.

Sabendo-se do panorama histórico em que se deu e no qual se mantém o sistema agrário nacional, e em como o cenário de desigualdades no meio rural diz respeito às questões relacionadas à crise socioambiental de maneira geral, justifica-se portanto a necessidade de sistematizar as pesquisas brasileiras feitas por estudantes de pós-graduação em suas teses e dissertações em EA que tenham desenvolvido suas pesquisas com a temática da reforma agrária como objeto de estudo, com o intuito de compreender de que forma se desenvolvem esses trabalhos e qual abordagem adotam, de maneira a contribuir para o debate e amadurecimento do campo de pesquisa.

Nesse contexto, o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e que teve como propósito mapear, sistematizar e discutir a produção acadêmica no que tange à questão agrária dentro do campo de estudo da Educação Ambiental, buscando compreender:

(I) como é estabelecida a relação entre EA e reforma agrária nas pesquisas já realizadas,

(II) quais são os referenciais teóricos e metodológicos utilizados, e

(III) quais as principais conclusões obtidas por esses autores.

Para atingir esses objetivos, esse trabalho foi realizado em sucessivas etapas, cujos procedimentos e resultados foram descritos e explicitados ao longo desse trabalho.

O primeiro capítulo consiste em uma breve fundamentação histórica e as bases teóricas acerca da questão agrária brasileira, das discussões em torno da proposta de Reforma Agrária e suas repercussões no desenvolvimento de políticas desde o período colonial até a República, bem como as principais movimentações camponesas ocorridas desde o Brasil colônia mas especialmente com a reabertura democrática brasileira a partir do fim da ditadura militar, como a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No segundo capítulo, são expostos os procedimentos metodológicos da pesquisa, explicitando os fundamentos de pesquisas do tipo “estado da arte”, e descrevendo quais foram os passos adotados na composição e análise do *corpus* documental do trabalho, realizados por meio do Projeto “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações)”, ou “Projeto EArte”.

No terceiro capítulo é apresentada a análise do *corpus* documental que compõe esse trabalho, apresentando 1 - o mapeamento do mesmo; 2 - quais foram os referenciais teóricos e metodológicos utilizados nas pesquisas selecionadas, e 3 - quais as principais conclusões obtidas pelos autores em seus estudos.

Sendo assim, com essa pesquisa pretendemos contribuir para o amadurecimento desse campo de estudo por meio da sistematização de teses e dissertações publicadas num intervalo de dez anos e a análise de seus conteúdos, visto a importância que a Reforma Agrária tem para a agro-biodiversidade, a sustentabilidade rural, a soberania alimentar, para a democratização do acesso à terra e para a construção de sociedades social e ambientalmente justas, interesses também da abordagem crítica da Educação Ambiental.

1. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS

1.1 Questão agrária e a estrutura fundiária brasileira: herança colonial à república

A política territorial agrária do período colonial repercute até os dias atuais na maneira como a terra é distribuída e utilizada no Brasil. A colonização por si só correspondeu à primeira apropriação territorial no país, e teve como objetivo a exploração máxima dos recursos dessas terras. A fim de ocupar o território e capilarizar seu domínio pela extensão da nova colônia, a Coroa Portuguesa estabeleceu o regime de sesmarias, dividindo a área do Brasil em quinze porções de 150 a 600 quilômetros de largura, chamadas de “capitanias hereditárias” (MIRALHA, 2006).

Esses primeiros latifúndios foram cedidos aos portugueses de classes altas, os quais teriam como responsabilidade ocupar e gerir as sesmarias, tornando-as produtivas, sem ter, contudo, o direito de vendê-las, visto que eram apenas uma concessão da Coroa, considerada a real proprietária das terras. Devido aos desafios que a posse das capitanias oferecia, poucas foram economicamente exitosas, e grande parte foi devolvida à Coroa (MIRALHA, 2006).

Em 1549, a fim de melhor administrar as sesmarias, foi instituído no Brasil um governo geral português, responsável pela distribuição e gerenciamento das terras e, especialmente, da fiscalização da eficiência destas na produção de açúcar, a prioridade econômica da época. As sesmarias bem-sucedidas economicamente foram as dedicadas à produção monocultora de cana-de-açúcar voltada à exportação, configurando as chamadas *plantations*. Os sesmeiros que administravam essas terras tornaram-se senhores de engenho, e mantiveram o sistema de *plantations* por meio de mão-de-obra escravizada oriunda do continente africano, considerados parte da propriedade privada (BOMBARDI, 2012).

Esse modelo latifundiário marcou profundamente a maneira como a economia agrícola e a questão agrária se desenvolveriam no país nos anos subsequentes, como explica Strazzacappa (1999, p. 24):

[...] o Brasil atravessou os séculos XVII e XVIII presenciando o nascimento de gigantescos lotes de terra concentrados nas mãos de um só proprietário (ou de uma só família). Consolidavam-se assim os latifúndios, os

vergonhosos latifúndios que sedimentaram vícios nocivos registrados até hoje em nossa história: a monocultura canavieira, a escravidão (do negro e do índio) e a política de produção voltada somente para o mercado externo (exportação). Assim, a função social da terra ficou esquecida. (STRAZZACAPPA, 1999, p. 24)

Em 1822, é proclamada a Independência do Brasil, e dois anos mais tarde, 1824, promulgou-se a primeira constituição brasileira, a Constituição Imperial, marcando o fim do sistema de sesmarias, revogando a devolução de lotes improdutivos e limitando as situações que levariam ao confisco das mesmas. Durante os anos que se seguiram após a independência, os sesmeiros continuaram ocupando e explorando suas terras, porém com o afrouxamento das regras e sem que houvesse legislação agrária no país. Foi apenas 30 anos mais tarde que aprovou-se a Lei nº 601/1850, conhecida como Lei de Terras, o primeiro marco agrário constitucional no país (MARTINS, 1997; MEDEIROS, 2002).

Com a Lei de Terras, foram regularizados os lotes ocupados e aqueles que encontravam-se desocupados foram integrados ao Estado e disponibilizados para aquisição por meio da compra ou autorização do mesmo. O período em que se instituiu a Lei de Terras foi o mesmo em que se proibiu o tráfico negreiro, além de ter antecedido a abolição da escravatura.

Dessa forma, essa lei preparou o terreno para o que viria a ser a política de transferência de terras no Brasil até os dias atuais: burocrática, cara e restrita a um grupo ínfimo de latifundiários, destinando os escravos libertos e os imigrantes apenas a trabalhos braçais e a serem explorados enquanto mãos-de-obra baratas (CANUTO, 2006; MARTINS, 2011). De acordo com Stédile (2005, p.285), "a Lei nº 601, de 1850, escravizou, portanto, a terra e transformou um bem da natureza, que deveria ser democrático, em um bem privado, acessível apenas aos ricos".

A Lei de Terras não apenas mantinha o modelo de posse e dominação da terra e dos senhores de engenho, como também legitimava a ideia de propriedade privada e propiciava a acumulação do capital pela elite aristocrática europeia (MARTINS, 2011).

Num regime de desigualdade racial e jurídica, a terra estava disponível para os livres, como estabelecia desde antes da descoberta do Brasil, a lei de Sesmarias de Dom Fernando. Mas antevista a igualdade como princípio geral, era preciso instituir filtros que preservassem a grande lavoura contra a possibilidade da dispersão e da evasão da mão de obra livre para a pequena agricultura. De modo que a radical mudança no regime de propriedade, se não introduzia a renda da terra nos custos da economia, ao menos ampliava a possibilidade de sua inclusão como premissa do funcionamento do sistema econômico (MARTINS, 2011, p. 45).

Concomitante à implementação desta lei, também esteve a criação da Guarda Nacional, salvaguardando os interesses da propriedade privada e respaldando os latifundiários por meio de poderes militares e políticos, dando-lhes o status de guardiões da soberania nacional (MARTINS, 2011). Esse pensamento perdurou e ganhou força especialmente com a tomada do poder pelos militares após o golpe de 1964, quando “os conflitos pela terra e a soberania nacional foi ‘ofendida’ pelas insurreições camponesas por todo Brasil” (CUBAS, 2017, p. 185).

Com a Constituição de 1934, no governo de Getúlio Vargas, a Lei nº 601 foi modificada, determinando o direito à propriedade privada apenas quando a terra não for de interesse público, de modo a viabilizar a desapropriação de terras improdutivas para fins sociais; contudo, o próprio presidente revogou esta lei três anos mais tarde (STRAZZACAPPA, 1999).

Anos depois, o Partido Comunista do Brasil (PCB), sob a representação do então senador Luiz Carlos Prestes, propôs na constituinte de 1946 uma nova proposta de Reforma Agrária, na qual apresentou dados sobre a disparidade na posse de terras no país e incitou o debate acerca da Reforma Agrária enquanto ferramenta de promoção do crescimento econômico e de justiça social (STÉDILE, 2005). Por conta disso, o presidente Eurico Gaspar Dutra reintroduziu a pauta anteriormente revogada por Vargas, retomando as discussões sobre a função social da terra e prevendo a regularização fundiária das terras de interesse da União. Apesar do avanço que essas discussões representaram, na prática pouco mudou, pois a alegação do governo era de que faltavam recursos para indenizar os proprietários em processos de regularização fundiária (STRAZZACAPPA, 1999).

Nesse ínterim, representantes da Igreja Católica posicionaram-se favoráveis à Reforma Agrária em muitos momentos, desenvolvendo propostas e apoiando organizações cujas bases eram formadas principalmente de agricultores católicos, tais quais a Frente Agrária Gaúcha (FAG) e a Sociedade União Popular (PINHEIRO, 2015).

O apoio de representantes religiosos atrelado à ação dos movimentos em prol da democratização do acesso à terra foram motrizes para a realização do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em 1961 na cidade de Belo Horizonte, MG. Nesse evento, foi divulgada a primeira proposta de Reforma Agrária construída conjuntamente entre grupos camponeses pelo país, e divergia dos projetos

anteriormente propostos pois criticava diretamente o modelo de estrutura agrária nacional e negava a legitimidade da propriedade privada, trazendo para o debate também as políticas econômicas internacionais e sua influência na economia agrícola brasileira.

O monopólio da terra, vinculado ao capital colonizador estrangeiro, notadamente o estadunidense [...] se apoia para dominar a vida política brasileira e melhor explorar a riqueza do Brasil. É ainda o monopólio da terra o responsável pela baixa produtividade de nossa agricultura, pelo alto custo de vida e por todas as formas atrasadas, retrógradas e extremamente penosas de exploração semifeudal [...] (STÉDILE, 2005, p. 62)

No começo de 1964, o presidente João Goulart, popularmente conhecido como Jango, assinou o Decreto nº 53.700, o qual traçava um projeto de Reforma Agrária e abordava a necessidade de desapropriação de áreas de interesse social, opondo-se ao latifúndio e ao monopólio rural. Devido a essa postura, Jango despertou a revolta de grupos latifundiários, cujo apoio configurou como peça-chave para o golpe de Estado que culminou na ditadura militar nesse mesmo ano (STÉDILE, 2005; 2006).

Apesar de ter sido um extenso momento de restrição e retrogradação das políticas de cunho social, devido à pressão nacional e internacional e ao reconhecimento da importância da Reforma Agrária para o crescimento do mercado interno, foi no início da ditadura militar que se sancionou a Lei nº 4504/1964, conhecida como Estatuto da Terra, considerada a primeira lei de reforma agrária do país (STÉDILE, 2006).

Ainda que representasse um avanço após o longo período de retrocessos nas políticas agrárias, do Estatuto da Terra também decorreu a especulação imobiliária de latifúndios e a ocupação de áreas de vegetação nativa, especialmente na região Amazônica, por meio da concessão de incentivos fiscais, reforçando o sistema oligárquico e abrindo margem para a falsificação de documentos de posse, possibilitando “a legalização da grilagem” e uma “legalidade do latifúndio entranhada na estrutura agrária brasileira e gerenciado por um Estado controlado por esses agentes hegemônicos” (CUBAS, 2017, p.185).

Com o fim da ditadura militar, a questão agrária volta a sofrer mudanças legislativas, por meio da Constituição de 1988. Com ela, legitimou-se a desapropriação de terras improdutivas e sua destinação a fins de reforma agrária e redistribuição fundiária. Apesar dessa expressiva conquista no campo da redistribuição de terras no país, pouco do extenso histórico de violências e

desigualdades foi reparado, e a concentração fundiária, a exploração da força de trabalho camponesa e a impunidade das violações de direitos humanos no campo seguem acontecendo, persistindo desde o primeiro modelo agrícola nacional.

1.2 A Reforma Agrária enquanto reivindicação pós-ditadura: avanços e desafios

O fim da ditadura militar marcou um novo período no que diz respeito às disputas agrárias no país, pois as mobilizações sociais e a nova Constituição em construção tinham potencial de viabilizar legislativa e juridicamente a desapropriação de terras de interesse social e redistribuí-las entre trabalhadores rurais (CANUTO, 2006). Em 1985, foi elaborado o Decreto nº 91.766, o qual estabelecia o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), executado pelo recém criado Ministério para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Contudo, tais movimentações não garantiram que, na prática, a redistribuição fundiária avançasse, e entre os atravesalhos esteve a mobilização política dos próprios latifundiários.

Segundo Medeiros (2002, p. 33),

A mais vigorosa oposição à proposta veio por parte dos representantes dos proprietários de terra, que um mês após seu anúncio fizeram um congresso nacional em Brasília e criaram uma nova organização para representá-los: a União Democrata Ruralista (UDR) que, centrando seus esforços na crítica à proposta, também estimulava os seus associados a usarem a força no combate às ocupações de terra. (MEDEIROS, 2002, p. 33)

Devido à pressão de grupos ruralistas, ao final da redação do I PNRA constavam mecanismos jurídicos que retrocediam as políticas de reforma agrária mesmo em comparação com o Estatuto da Terra. Apesar dos desafios e obstáculos apresentados, os quais inviabilizaram a garantia da aplicabilidade do plano, o PNRA foi um importante instrumento para a consolidação dos movimentos sociais camponeses, como declara Colleti (2005, p. 14):

Ainda que a “proposta” do PNRA tenha resultado, mais tarde, na aprovação de um Plano muito aquém das expectativas das forças políticas reformistas; ainda que os trabalhadores rurais tenham sofrido, logo depois, mais uma dura derrota na Constituinte – as normas constitucionais aprovadas, referentes à questão agrária, eram mais retrógradas que o Estatuto da Terra dos militares, tratou-se, sem dúvida alguma, de um momento histórico fundamental não apenas para a expansão e consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, mas também para a politização da luta pela terra no Brasil. (COLLETI, 2005, p.14)

Anos mais tarde, mais uma expressiva lei sobre a questão fundiária foi assinada, a nova Lei Agrária nº 8629, de 25/02/1993. A partir dela, foram definidos critérios para definir a função social da terra, e estabeleceu-se a desapropriação de terras que não cumprissem tal função. Foi declarado também que as terras rurais públicas de domínio da União, dos estados ou dos municípios se destinariam também à Reforma Agrária.

Ainda de acordo com Medeiros (2002, p. 38),

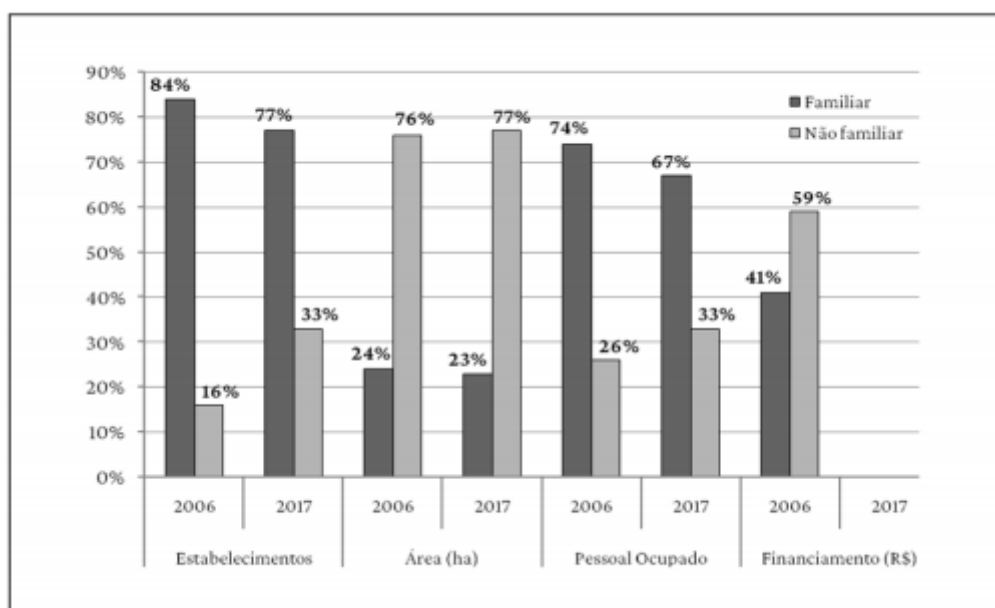
A Lei Agrária tornou as desapropriações passíveis de discussões judiciais e manteve ainda alguns pontos controversos. O mais significativo deles diz respeito à tensão existente entre os requisitos para o cumprimento da função social e a definição de que terras produtivas não poderiam ser desapropriadas. Além disso, ao contrário das desapropriações por utilidade pública, em que o proprietário só tinha condições de discutir na justiça o valor fixado por ressarcimento, no caso das terras para fins de Reforma Agrária o proprietário poderia levar à justiça o julgamento do mérito. (MEDEIROS, 2002, p. 38)

Nos anos 90, o Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou um programa agrário nacional, o qual propunha a construção de políticas públicas de assistência técnica e de extensão rural, além da garantia de serviços básicos como água potável e encanada e energia elétrica (STÉDILE, 2005). De fato, após a candidatura do presidente da república Luís Inácio “Lula” da Silva, em 2002, foi instituído o programa “Vida Digna no Campo”, ligado ao PNRA, cuja implementação ocorreria durante os próximos anos de governança do partido (STÉDILE, 2005, p. 211).

Apesar de estas leis e programas terem representado positivos avanços na quadro político da Reforma Agrária, seguiram-se muitos desafios para enfrentar a fim de cumprir, de fato, com a redistribuição de terras produtivas aos trabalhadores rurais.

O gráfico a seguir traz informações acerca da desigualdade rural, mostrando a relação entre os estabelecimentos rurais familiares (assim definidos de acordo com a Lei Federal nº11.326/2006), que representam 84% do total e 74% da mão de obra rural, e os não-familiares, que apesar de representarem apenas 16% do total ocupam 76% das terras agropecuárias, além de receberem 59% de todo o financiamento agrícola no período referente aos dois últimos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gráfico 1: Relação entre propriedades rurais familiares e não-familiares nos censos agropecuários de 2006 e 2017, considerando o número de estabelecimentos, a área em hectares, o número de pessoas ocupadas e o financiamento estatal que recebem.



Fonte: Censos Agropecuários do IBGE (IBGE, 2006, 2018), extraído de MARCHETTI *et al*, 2020.

Foram e são diversos os movimentos políticos para dificultar a redistribuição de terras por meio da Reforma Agrária e, ainda que respaldada por lei e endossada no discurso e nos planos de governo de candidatos populares de governos anteriores, a Reforma Agrária tem recebido contínuos ataques de representantes governamentais que vigoram na política atualmente, fazendo-nos retroceder no tempo e revisitar discursos pró-violência contra movimentos sociais e ocupações no campo similares àqueles proferidos durante a elaboração da Lei de Terras e do Estatuto das Terras.

1.3 Resistência e campesinato

Para além das instituições governamentais e dos jogos políticos, ao longo desses anos de disputas agrárias os trabalhadores rurais não dependeram exclusivamente de ações tomadas por representantes políticos. Os conflitos por terra no Brasil se iniciaram tão logo se deu a colonização, evidenciando que na história os povos nativos não foram passivos e resignados em relação aos colonizadores portugueses (MIRALHA, 2006). Considera-se, portanto, que os precursores da luta pelo direito agrário sejam os povos indígenas, os quais se posicionavam contra a mercantilização e apropriação das terras onde habitavam.

Do período colonial até o final do século XIX, indígenas e negros seguiram protagonizando lutas contra latifundiários e bandeirantes, e um dos exemplos desse movimento de resistência foi a organização de quilombos (VIGNATTI, 2005). No final do século XIX e início do século XX ocorreram, também, importantes conflitos por terra com expressiva participação popular, como a Guerra de Canudos, na Bahia, em 1896, e a Guerra do Contestado, na divisa entre Paraná e Santa Catarina, nos anos de 1912 a 1916 (MORISSAWA, 2000).

Apesar das movimentações que já vinham acontecendo, o movimento camponês se organizou enquanto classe política apenas a partir da década de 1950, com a formação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Ligas Camponesas do Nordeste, União de Trabalhadores Agrícolas do Brasil e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Esses grupos sociais buscavam se organizar e articular a fim de representarem a classe agricultora na defesa da terra e de sua função social, contudo, com o golpe militar de 1964 tiveram seu líderes assassinados, presos, exilados, e foram perseguidos enquanto manifestação subversiva (VIGNATTI, 2005).

Mesmo com a pressão militar contra os movimentos organizados, na década de 70 esses mesmos grupos seguiram resistindo e articulando-se, ainda que com parcimônia, e no começo dos anos 80 iniciaram-se as ocupações organizadas por dezenas a centenas de famílias camponesas, marcando uma das rupturas com a hegemonia latifundiária (LISBOA, 1988). Dentro das erupções sociais ocorridas nesse período, fundou-se um movimento campesino robusto e articulado, que mantém-se até hoje, e cuja história tem grande importância para a melhor compreensão das lutas por Reforma Agrária no Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

1.4 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Considera-se que o início do MST se deu no Rio Grande do Sul, numa ocupação conhecida como “Episódio de Encruzilhada Natalino”, em 1978. A ocupação começou com cerca de 300 famílias ocupadas próximas às Fazendas Macali e Brilhante, e em menos de sete meses, concentraram mais de 600 famílias, reunindo aproximadamente três mil pessoas numa extensão de 2 km nas proximidades da rodovia (GALVÃO, 2006).

Junto com a ocupação, formou-se também um órgão de comunicação do movimento, o Boletim Sem Terra, bem como uma secretaria administrativa em Porto

Alegre, RS. Com o crescimento do grupo e a articulação realizada por meio da secretaria e do boletim, foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, PR, em janeiro de 1984. Segundo Knijnik (1998, p. 272), esse evento figura como “a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem terra, em nível nacional, que iria se articular e lutar por terra e pela reforma agrária”.

O MST foi, então, a partir dessas primeiras movimentações, expandindo-se de maneira descentralizada para as outras regiões do país, abrangendo cada vez mais camponeses e tendo ações cada vez mais expressivas, sob o lema de “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país”, priorizando a construção de um país democrático, justo e cujo desenvolvimento se dê de forma harmônica com a natureza (MST, 1985).

Como mostram dados sobre o MST, vinte anos após o 1º encontro, o movimento era composto por “350 mil famílias assentadas e aproximadamente 160 mil famílias acampadas.” (VENDRAMINI, 2005, p. 191). Além disso,

No movimento, existem mais de 500 associações de produção, comercialização e serviços, 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), com 2.299 famílias associadas; 32 Cooperativas de Prestação de Serviços com 11.174 sócios diretos; duas Cooperativas Regionais de Comercialização e três Cooperativas de Crédito com 6.521 associados. São 96 pequenas e médias agroindústrias que processam frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces, além de artesanatos. Tais empreendimentos têm gerado emprego, renda e beneficiado cerca de 700 pequenos municípios do interior do Brasil. (VENDRAMINI, 2005, p. 191)

Para além das vantagens quanto ao desenvolvimento humano no meio rural e à função social da terra, a democratização do acesso a mesma por meio da Reforma Agrária apresenta outros benefícios socioambientais. Como declarado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Reforma Agrária tem fundamental importância no combate à fome, à pobreza no meio rural e à insegurança alimentar, pois atrela a noção de justiça social e garantia de direitos humanos ao desenvolvimento sustentável e à soberania alimentar (FAO, 2006; CONVERSI, 2016).

Ademais, promover a reforma agrária é, também, promover a agrobiodiversidade, visto o trabalho realizado pelos assentamentos em defesa da Agroecologia e das chamadas “sementes crioulas”, aquelas desenvolvidas e cultivadas localmente pelos agricultores ao longo de gerações (DEMEULENAERE; BONNEUIL, 2010).

Devido a seu campo de reivindicação e à práxis do grupo, o MST pode ser considerado, portanto, como um movimento social ambientalista. Como se evidencia tanto nos discursos proferidos por representantes do MST quanto por grande parte de suas ações em prol do desenvolvimento rural sustentável, o debate agrário não pode ser lido à parte da problemática ambiental, bem como da abordagem crítica da Educação Ambiental.

Dessa maneira, a Reforma Agrária corresponde a importante tema dentro do campo da EA, sobretudo em sua perspectiva crítica. Todavia, as pesquisas acerca dos movimentos sociais rurais brasileiros pelo viés ambiental ainda são incipientes (SCHERER-WARREN, 1993; MAGACHO, 2017).

Como Loureiro e Layrargues (2013) explicam acerca do caráter heterogêneo do campo de pesquisa e atuação da EA e da Educação Ambiental Crítica,

[...] sua natureza conflitiva, na diversidade e na disputa de concepções e espaços na sociedade, fortalece-a e a legitima nas institucionalidades acadêmicas, nas políticas públicas e nos movimentos sociais que buscam a garantia de direitos, a afirmação das diferenças, a superação das desigualdades de classe e a construção de outro patamar societário. (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 55)

Tendo em vista a relevância da Reforma Agrária e das disputas pela democratização do uso da terra na reparação histórica de injustiças no campo e na construção de um modelo sustentável de sociedade, a EA Crítica representa uma aliada na compreensão dos temas ligados a essa questão do ponto de vista estrutural e teórico, bem como uma ferramenta para pensar e construir um novo paradigma no que tange à função social da terra e aos movimentos sociais que têm nela sua reivindicação primeira.

1.5 Educação Ambiental Crítica

A Educação Ambiental ascendeu, no Brasil, em um cenário antidemocrático, durante a ditadura militar, e essa primeira tendência em EA refletia as restrições e o conservadorismo característicos do tempo de sua emergência: conservacionista e apolítica, mantinha o debate ambiental em âmbito individual e privado, afastando-o da esfera coletiva e social ao propor resoluções comportamentalistas que buscavam amenizar efeitos da crise ambiental, mas não combater suas causas (LIMA, 2009; LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013).

Ademais, a EA conservacionista também se orientava pelo paradigma cientificista, dissociando humanidade e natureza, além de apresentar inclinações que Lima (2009) reconheceu como “otimismo tecnológico”, a partir do qual se assume uma posição de passividade em relação à iminência do colapso ambiental, sob o pretexto de que os avanços tecnológicos serão suficientes para frear qualquer intempérie dessa natureza (LIMA, 2009).

Tendo em vista as prioridades desenvolvimentistas, o debate em torno dos impactos ambientais representava um empecilho para o crescimento econômico, especialmente quando se leva em conta que ao fim dos anos 60 e começo dos anos 70 o país era palco do “Milagre Brasileiro”, fase marcada pelo crescimento industrial acelerado. Até então, mesmo os setores civis considerados “de esquerda” mantinham-se opostos ao discurso ambientalista, considerado antagônico às problemáticas sociais, visto que “a pobreza e a questão social eram prioridades e o problema da degradação ambiental era um luxo reservado aos países desenvolvidos — uma ideologia importada — que desviava nossa atenção dos ‘verdadeiros’ problemas do país.” (LIMA, 2009, p. 151)

Na década de 80, com o fim da ditadura militar no Brasil, irrompe o processo de redemocratização, em que emergem movimentos sociais, associações civis, e organizações não-governamentais (ONGs), os quais contribuíram para o amadurecimento das discussões político-ambientais e para a junção de pautas ambientalistas em movimentos sociais, tais quais o MST. Esse período histórico foi um momento fértil para debates sociais de diferentes esferas, e no campo da educação a pedagogia de Paulo Freire representava um caminho para uma formação política e emancipatória (LIMA, 2005; 2009).

A partir das movimentações nesse campo, a EA conservacionista foi posta em xeque, bem como seu caráter biologizante e sua posição conivente com as raízes da crise ambiental, presentes no modelo desenvolvimentista e no sistema capitalista. A Ecologia Política contribuiu para a efervescência desses debates, pois trouxe à discussão as contradições éticas do modelo capitalista, além de ter alertado para a necessidade de construção de um novo paradigma de desenvolvimento, que considerasse a natureza não como fonte inesgotável de recursos mas como algo ontologicamente necessário para a existência e perpetuação da espécie humana (FOLADORI, 2001).

Nesse contexto, problematizando a onda conservacionista na EA, e associando as pautas sociais e ambientais, fundamenta-se a Educação Ambiental crítica, também conhecida como EA emancipatória/transformadora, entre outras denominações. A partir do viés crítico da EA,

não basta lutar por uma nova cultura na relação entre o ser humano e a natureza; é preciso lutar ao mesmo tempo por uma nova sociedade. Não se trata de promover apenas reformas setoriais, mas uma renovação multidimensional capaz de transformar o conhecimento, as instituições, as relações sociais e políticas, e os valores culturais e éticos. Trata-se de incluir no debate ambiental a compreensão político-ideológica dos mecanismos da reprodução social e o entendimento de que a relação entre o ser humano e a natureza é mediada por relações socioculturais e classes historicamente construídas. (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 68)

Sendo assim, atrelam-se as reivindicações sociais e ambientais, partindo da premissa de que o modelo de sociedade que acarreta em ambas as crises é o mesmo e deve, portanto, ser superado, tendo no processo pedagógico e na educação emancipatória sua principal ferramenta (LIMA, 2005; LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013).

Para construir um novo paradigma na relação ser humano-natureza, e um modelo de sociedade divirja do mesmo, a EA crítica busca desenvolver-se de maneira coletiva, contínua e permanente. Como aponta Guimarães (2004),

[...] a EA crítica é um movimento coletivo de resistência que vem se estruturando no Brasil, por um pensar e fazer que busca construir alternativas ao 'caminho único' apresentado pela racionalidade hegemônica da modernidade. (GUIMARÃES, 2004, p. 148)

Desde então, diversos pesquisadores em Educação se debruçaram sobre o tema e fundamentaram a EA crítica enquanto campo de relevância socioambiental dentro do contexto político-educacional brasileiro. Entre os importantes teóricos representantes dessa macrotendência no Brasil, destacam-se Guimarães (2003; 2004); Loureiro (2004; 2012); Layrargues (2006; 2012); Lima (2009) e Carvalho (2012).

Devido à denúncia que a EA Crítica faz dos problemas estruturais do modelo de sociedade capitalista, tendo como embasamento teórico autores como Karl Marx, com o materialismo histórico-dialético e, no Brasil, Freire e Saviani, com as Pedagogias Popular e histórico-crítica, sua prática envolve uma cidadania ativa, a qual se dá, também, por meio do apoio e mobilização em relação aos movimentos sociais.

Dessa maneira, no contexto de EA e Reforma Agrária, faz-se necessária a compreensão da inter-relação entre os dois temas, levando-se em conta quais têm sido os principais referenciais teóricos e as abordagens tomadas pelos autores que conduzem tais pesquisas.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA

2.1 O Projeto EArte

A pesquisa de natureza bibliográfica foi realizada como “estado da arte”, um tipo de pesquisa que se caracteriza, segundo Ferreira (2002), por:

[...] mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e que dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, em que forma e em que condições vêm sendo produzidas. (FERREIRA, 2002, p.258)

Tal levantamento foi feito por meio do banco online de teses e dissertações do Projeto EArte (Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil), atualmente mantido por pesquisadores de várias universidades do Brasil, no qual estão incluídos trabalhos acadêmicos realizados no campo da EA entre os anos de 1980 a 2016.

O Projeto EArte originou-se no Projeto de Pesquisa “O que sabemos sobre Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (dissertações e teses)”, idealizado e coordenado pelo Prof. Dr. Hilário Fracalanza (*in memoriam*), entre 2006 e 2008, e retomado por pesquisadores das universidades estaduais paulistas Unesp – Rio Claro, USP – Ribeirão Preto e Unicamp.

Esses pesquisadores definiram etapas de trabalho para a catalogação das teses e dissertações, sendo a primeira delas o estabelecimento de critérios de busca, identificação e seleção por meio do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), desde que tivessem como objetos de estudo a temática ambiental e o processo educativo.

A partir dos trabalhos então selecionados, foi realizada a classificação em relação aos aspectos autorais, institucionais e das pesquisas em si, o que resultou na elaboração de Fichas de classificação. As buscas realizadas no Banco de teses e dissertações EArte, portanto, abrangem mais de 4.500 resultados, e contêm informações quanto aos respectivos títulos, resumos, palavras-chave, instituição de ensino superior, ano de defesa, cidade e estado, entre outros. Os resultados das buscas realizadas na página envolvem trabalhos que contêm os termos buscados entre seus títulos, resumos e palavras-chave, a fim de permitir uma melhor investigação dos temas de estudo.

2.2 Referenciais metodológicos

Para a investigação documental dos trabalhos que compuseram o *corpus*, seguiram-se os procedimentos propostos por Laurence Bardin (1977) para análise de conteúdo, definida pela autora como "um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a 'discursos' (conteúdos e continentes) extremamente diversificados", com propósito não apenas descritivo mas também dedutivo, de maneira em que "oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade" (BARDIN, 1977, p.9).

Sendo assim, os trabalhos que compõem o *corpus* documental definitivo foram submetidos a sucessivas etapas para o desenvolvimento de sua análise. A primeira delas foi "a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação de hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final" (BARDIN, 1977, p.121), correspondendo, portanto, à própria construção do corpus documental.

Em seguida, foi realizada o que Bardin (1977) caracteriza como "leitura flutuante", sendo esta uma primeira e superficial leitura dos conteúdos dos trabalhos, a fim de ter um contato inicial com os mesmos e poder começar o delineamento da pesquisa. Posteriormente, é realizada uma leitura mais atenciosa, feita a partir dos objetivos previamente delineados no curso da "leitura flutuante".

Nesse momento, selecionam-se as chamadas "unidades de registro" (BARDIN, 1977), unidades "de significação a codificar e correspondem ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização" (p. 130), sendo, portanto, excertos do texto observados na leitura, podendo ser de diferentes naturezas, como palavras, frases ou mesmo um "tema" a partir do qual é possível categorizar as pesquisas. Por meio da categorização das pesquisas com base nas "unidades de registro", são classificados "elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento [...] com critérios previamente definidos" (BARDIN, 1977, p. 145).

Tendo como base a metodologia de análise de conteúdo para pesquisas qualitativas desenvolvida por BARDIN (1977), esse trabalho analisou a produção acadêmica de pesquisas referentes à Reforma Agrária e ao MST, dentro do contexto da Educação Ambiental, publicadas num intervalo de dez anos

2.3 Constituição de *corpus* documental

Para o presente trabalho, foram buscadas as pesquisas que continham as palavras “questão agrária”, “reforma agrária” e/ou “MST” nos títulos, resumos ou palavras-chave. A tabela a seguir expõe a quantidade de resultados do Banco de Dados EArte para cada um dos termos buscados.

Tabela 1: frequência em que os termos buscados aparecem nos títulos, resumos e/ou palavras-chave das teses e dissertações presentes no Banco de Dados do Projeto EArte.

REFORMA AGRÁRIA	QUESTÃO AGRÁRIA	MST	FREQUÊNCIA TOTAL	TOTAL DE TRABALHOS
34	5	23	62	47

Fonte: a autora.

A primeira triagem realizada foi em relação aos anos de publicação, visto que entre os objetivos estava abranger pesquisas publicadas apenas no período entre 2006 e 2016. Dessa forma, do total de 47 trabalhos, restaram 35 teses e dissertações. Dessas, foram lidos atentamente os resumos a fim de filtrar quais pesquisas correspondiam aos propósitos do trabalho, ou seja, discutir os estudos que abordam a reforma agrária a partir da ótica da EA não-formal.

Após a primeira etapa, em que se excluíram os 12 trabalhos publicados antes de 2006, os 35 trabalhos restantes foram separados em três categorias, de acordo com seus respectivos propósitos e com o quanto se alinhavam aos objetivos dessa pesquisa, sendo esse o critério de seleção para sua inclusão no *corpus* documental. Dentre o total, 20 trabalhos foram excluídos por não cumprirem com o critério de seleção, e 15 integraram a categoria “dúvida”, que antecedeu a leitura dos textos completos das pesquisas em questão.

Tabela 2: Número de teses e dissertações em EA cadastradas no bancos do EArte excluídas e em dúvida após leitura dos resumos.

TOTAL	DÚVIDA	EXCLUSÃO
35	15	20

Fonte: a autora.

Na etapa seguinte, todos os trabalhos da categoria “dúvida” foram buscados nas bibliotecas digitais das respectivas universidades em que foram desenvolvidos, e dois deles não foram encontrados. Todos os demais trabalhos foram encontrados e tiveram seus objetivos e questões da pesquisa lidos e avaliados. Foram mantidos apenas os trabalhos que mencionavam tanto a Reforma Agrária quanto a EA e/ou a noção de percepção ambiental em seus objetivos. Das pesquisas que estavam na categoria “dúvida”, portanto, 2 não foram encontradas e 4 foram excluídas.

Tabela 3: Teses e dissertações excluídas, incluídas e não encontradas para a constituição do *corpus* documental definitivo, após leitura dos trabalhos completos.

EXCLUSÃO	INCLUSÃO	NÃO ENCONTRADAS
4	9	2

Fonte: a autora.

Do total de trabalhos publicados de 2006 a 2016, foram excluídos os que faziam menção apenas ao MST, realizaram suas pesquisas em assentamentos sem-terra ou as desenvolveram com a participação de assentados, educadores de escolas do campo ou com gestores públicos, não inter-relacionando meio ambiente, EA e o assentamento ou a questão agrária em si, ou ainda tratando desses assuntos apenas dentro da temática da EA formal.

Entre esses trabalhos, a maioria abordava o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA (7); a formação de educadores no campo (6); a produtividade dentro do assentamento (3); a relação de comunidades do entorno de unidades de conservação (UCs), entre elas assentamentos sem-terra (2); escolas rurais (2), entre outros assuntos não pertinentes para esse trabalho.

Tabela 4: Códigos de identificação, autores, títulos, instituição de ensino superior (IES), programa de pós graduação e ano dos trabalhos que compõem o *corpus* documental definitivo.

Código	Autor(a)	Título	IES	PPG	Ano
T1	PINHEIRO, Alberto Evangelho	Educação Ambiental no contexto da extensão rural pública: a execução de assessoria técnica, social e ambiental no núcleo operacional São Gabriel (RS)	FURG	Educação Ambiental (Mestrado)	2015
T2	RIGO, Dhonatha Santo	A dimensão ambiental como objeto da ação extensionista na assessoria técnica, social e ambiental (ates) do RS	UFSM	Extensão Rural (Mestrado)	2012
T3	KRZYSCZAK, Fábio Roberto	O meio ambiente na percepção dos assentados pelo MST/INCRA: um estudo sobre os assentamentos da antiga fazenda Annoni, Pontão/RS	Univates	Meio Ambiente e Desenvolvimento (Mestrado)	2010
T4	CIANDRINI, Fernanda	A natureza do/no MST	FURG	Educação Ambiental (Mestrado)	2010

T5	VILLAS BOAS, Fernanda Litvin	Um diálogo entre a Universidade de Brasília e o assentamento Colônia I	UnB	Desenvolvi- mento Sustentável (Mestrado)	2007
T6	OLIVEIRA, João Cesar Abreu De	Meio ambiente e educação ambiental no MST: representações sociais no Assentamento 10 de Abril, no município do Crato-CE	UFC	Educação (Doutorado)	2008
T7	GUERRA, Judite	Saberes culturais e ambientais: reinventando a vida na tessitura da educação ambiental para assentamentos rurais no bioma Pampa, sul do Brasil	UFRGS	Ciências, com ênfase em Ecologia (Doutorado)	2012
T8	GALVÃO, Maria Neuma Clemente	Educação Ambiental nos assentamentos do MST	UFPB	Educação (Doutorado)	2006
T9	COELHO, Paula Ribeiro	Projeto de assentamento Chico Mendes II: uma parceria possível entre reforma agrária e conservação da mata atlântica?	UFMG	Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre (Mestrado)	2009

Fonte: catálogo do Projeto EArte, organizado pela autora.

Como anteriormente exposto, por meio dos resultados oriundos da busca pelo Banco de Dados do Projeto EArte, foram selecionados, a partir de critérios pré-estabelecidos, nove trabalhos, os quais compõem o *corpus* documental dessa pesquisa. Os trabalhos escolhidos foram, então, mapeados, e foram levantadas informações a respeito do grau de titulação dos autores dos mesmos, dos anos de publicação, da localização geográfica das instituições de ensino superior, das dependências administrativas dessas instituições e dos programas de pós-graduação aos quais estiveram vinculados.

Posteriormente, foram discutidos os aspectos das pesquisas no que se refere à Reforma Agrária, bem como os referenciais teórico-metodológicos adotados e a relação do objeto de estudo das pesquisas com o campo da EA.

3. RESULTADOS EM DISCUSSÃO

3.1 Mapeamento do *corpus* documental

A primeira etapa do processo de mapeamento do *corpus* documental definitivo corresponde à sistematização de acordo com o grau de titulação das pesquisas. Como mostra a tabela a seguir, a maior parte dos estudos publicados acerca do tema e pertencentes ao catálogo do banco de dados do Earte são dissertações de mestrado, com seis publicações, seguidas das teses de doutorado, que representam três trabalhos do total de nove.

Tabela 5: Número de publicações presentes no *corpus* documental correspondentes a dissertações e a teses, respectivamente.

Dissertações de Mestrado	Teses de Doutorado	Total
6	3	9

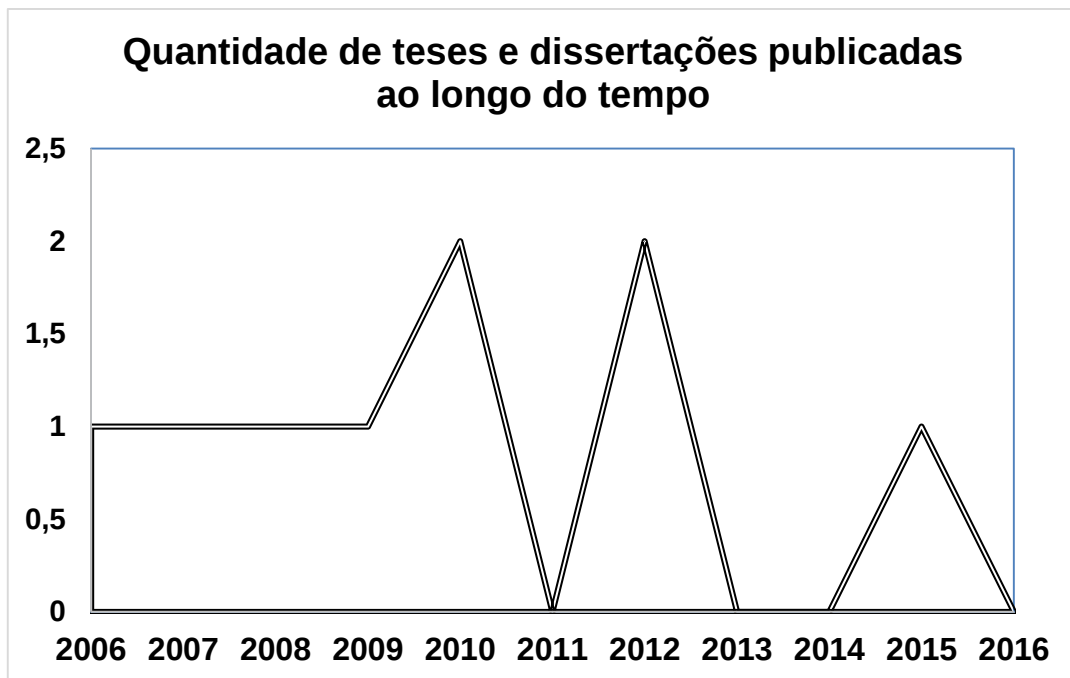
Fonte: a autora.

De acordo com Lorenzetti e Delizoicov (2007) e Souza e Salvi (2011), esse resultado é assíduo no levantamento bibliográfico de teses e dissertações brasileiras cujos estudos são do tipo “Estado da arte”, o que, segundo esses autores, se justifica

em decorrência da maior quantidade de programas de mestrado em relação a programas de doutorado, no país.

Já em relação ao ano de publicação das pesquisas, nenhuma das pesquisas corresponde aos anos de 2011, 2013, 2014 e 2016, e há uma maior concentração de publicações entre os anos de 2006 e 2010, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 2: quantidade de teses e dissertações publicados durante os anos de 2006 a 2016 e catalogadas no Banco de Dados do Projeto EArte, as quais constituem o *corpus* documental definitivo dessa pesquisa.



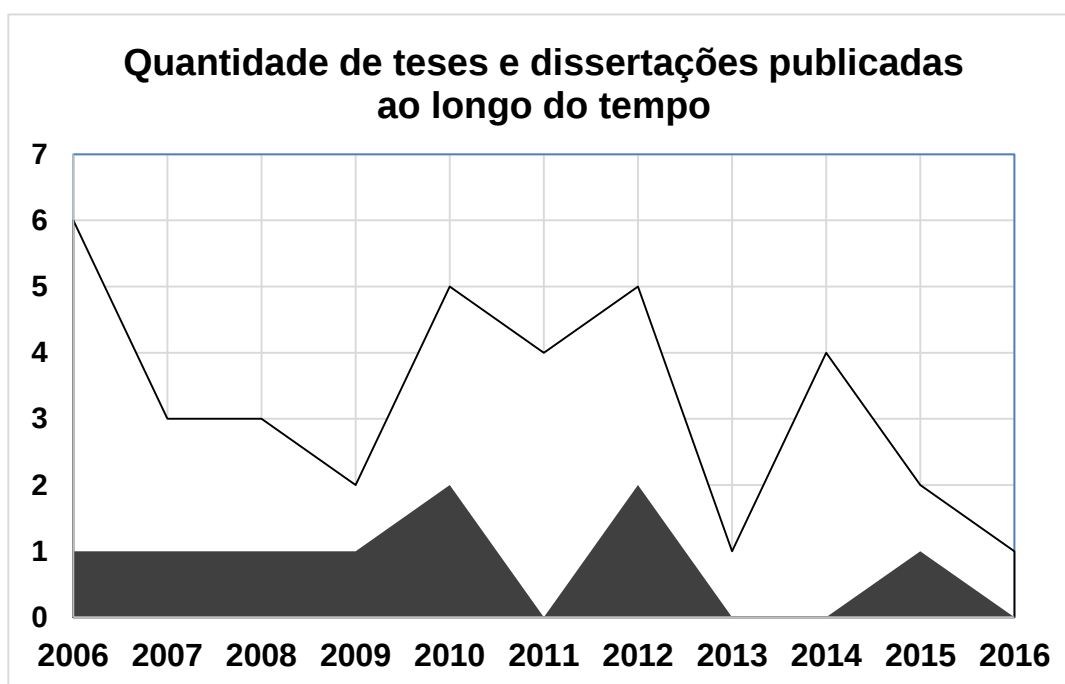
Fonte: catálogo do Projeto EArte, organizado pela autora.

Observa-se que com o passar do anos, no intervalo estipulado, as pesquisas foram menos frequentes na segunda metade (três trabalhos, ao todo) do que na primeira (seis trabalhos), contrariando os resultados de diversos estudos do tipo “estado da arte”, os quais observaram um aumento progressivo no número de teses e dissertações em EA no Brasil (CARVALHO *et al*, 2016; KAWASAKI *et al*, 2009; SOUZA; SALVI, 2011; TOMAZELO, 2005).

Contudo, por se tratar de um número reduzido de pesquisas, torna-se complicada a tarefa de fazer inferências ou tirar conclusões a respeito da maneira como as publicações se distribuíram ao longo do tempo.

Quando comparada a quantidade de publicações integrantes do *corpus* documental definitivo e o total de resultados em teses e dissertações catalogadas no EArte após a busca, ao longo dos anos de 2006 a 2016, também se observa que o ápice no número de pesquisas relacionando EA e a Reforma Agrária se deu em 2006 (seis publicações), seguido dos anos de 2010 e 2012 (ambos com cinco publicações), e posteriormente um declínio, no qual se contabilizou apenas sete publicações ao longo dos quatro anos seguintes, ao passo que no período que corresponde aos anos de 2006 a 2012 haviam sido publicados 28 trabalhos, como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 3: quantidade total de teses e dissertações publicadas entre 2006 e 2016 (em branco), que resultam da busca pelos termos “Reforma Agrária”, “questão agrária” e MST, catalogadas no Banco de Dados do Projeto EArte, em comparação com a quantidade de teses e dissertações que compõem o *corpus* documental definitivo (em cinza), em relação ao ano de publicação.



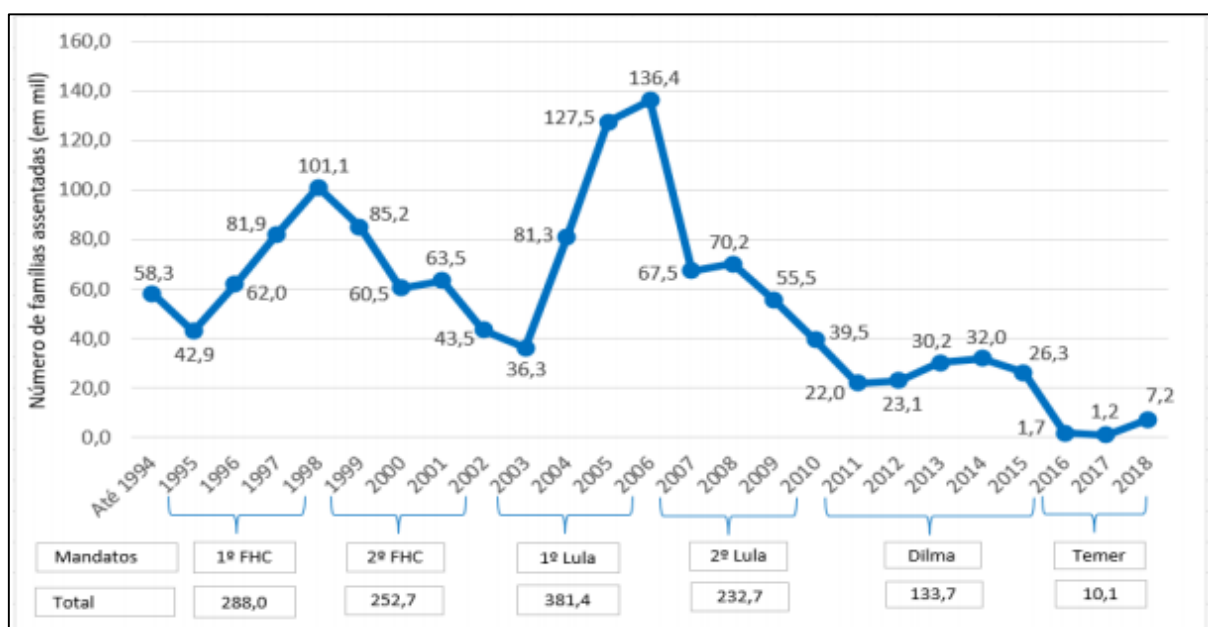
Fonte: catálogo do Projeto EArte, organizado pela autora.

Uma das possíveis explicações para a diminuição no número de trabalhos publicados com o passar dos anos é o fato de que a Reforma Agrária no Brasil, apesar de em nenhum período ter sido efetivamente implementada, teve seu momento de maior efervescência nos governos FHC (1995 – 2003) e Lula (2004 – 2012), e nos

governos posteriores foi paulatinamente suprimida (CATTELAN *et al*, 2020; PEIXOTO, 2017).

Além da forte movimentação e das pressões que os movimentos sociais camponeses fizeram durante o primeiro mandato de FHC, data desse momento, também, o crescimento no número de famílias assentadas, especialmente no primeiro mandato de Lula e começo do segundo, no período correspondente aos anos de 2004 a 2009 (CATTELAN *et al*, 2020; PEIXOTO, 2017). Dados referentes ao número de famílias assentadas nos diferentes governos brasileiros estão presentes no gráfico abaixo.

Gráfico 4: Número de famílias assentadas (em mil) até 1994 e de 1995 a 2018, em relação aos governos vigentes.



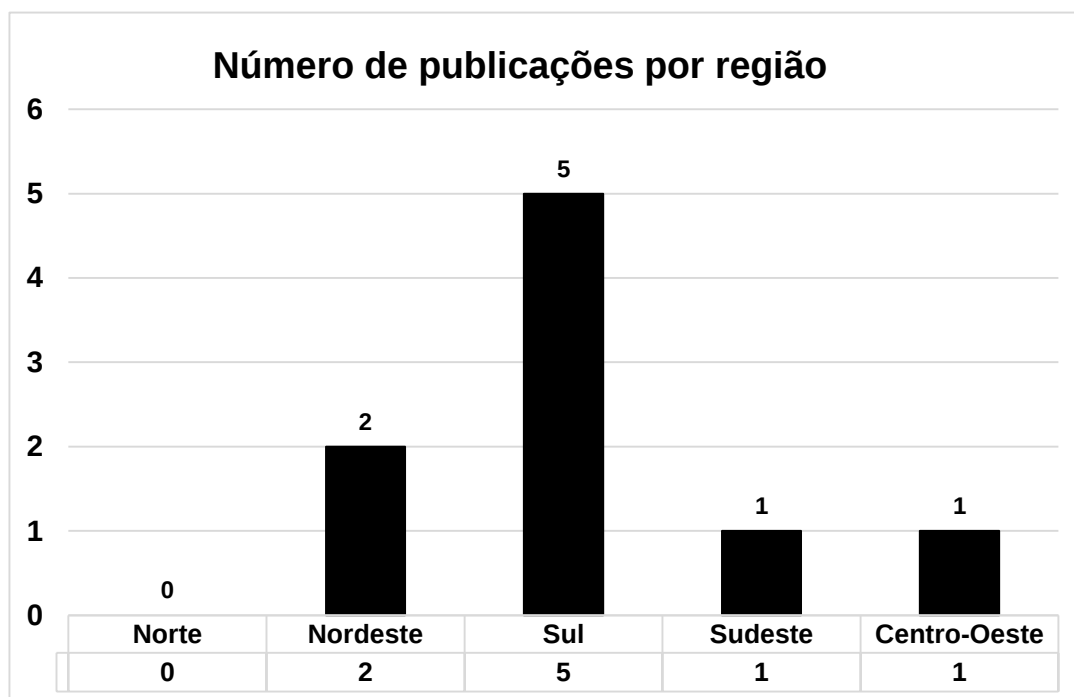
Fonte: Dados de 2019 do INCRA, gráfico extraído de CATTELAN *et al*, 2020.

Além disso, a partir dos anos 2000, houve um fortalecimento das políticas públicas de educação no campo, como o Plano Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), importante programa federal recentemente extinto por meio do decreto nº 10.252/2020 do presidente Jair Bolsonaro. Dentre os 36 trabalhos que resultaram da busca inicial realizada para a execução dessa pesquisa, pelo menos 12 eram a respeito do PRONERA e dos programas e ações de educação no campo, representando 1/3 do total.

Com a Reforma Agrária e o MST em pauta principalmente durante os anos de 2004 a 2012, é esperado que crescessem também o número de pesquisas que os tivessem como objeto de estudo, bem como apontou Gohn (2011) em relação à produção teórica referente aos movimentos sociais e seu crescimento a partir dos anos 2000. Resta questionar se o recorrente supressão das políticas referentes à Reforma Agrária pode justificar a menor expressividade da quantidade de pesquisas acerca da mesma após 2012.

Quanto à localização geográfica das IES vinculadas aos trabalhos constituintes do *corpus* documental definitivo, a maior parte é oriunda da região Sul, seguido do Nordeste do país. Das regiões Sudeste e Centro-Oeste, foram contabilizadas apenas uma dissertação de mestrado em cada, e não há nenhum trabalho no *corpus* documental que seja vinculado a IES do Norte.

Gráfico 5: Número de teses e dissertações presentes no *corpus* documental analisado, por regiões brasileiras.



Fonte: catálogo do Projeto EArte, organizado pela autora.

Como é possível observar, mais da metade das teses e dissertações em EA relacionadas à Reforma Agrária (55,5%) vêm da região Sul do país, especialmente do estado do Rio Grande do Sul.

A região Sul, como abordado anteriormente na fundamentação teórica dessa pesquisa, foi palco de diversas ocupações, eventos e manifestações, que permitiram ao MST se consolidar enquanto movimento social, como o “Episódio de Encruzilhada Natalino”, em 1978; o 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, em 1984, e a consolidação da Comissão Pastoral da Terra (CPA), no fim dos anos 70, que por meio da Teologia da Libertação, incentivou pequenos agricultores católicos do RS a se organizarem politicamente pelo direito à terra (STEDILE, 2006; GALVÃO, 2007). Entre esses agricultores, estava João Pedro Stédile, economista e membro da Direção Nacional do MST.

Quanto à dependência administrativa dessas IES, a grande maioria das teses e dissertações (88% ou 8 pesquisas) foram realizadas em IES Públicas Federais, ao passo que apenas um dos trabalhos foi desenvolvido em uma IES Particular e não houve nenhum de IES Pública Estadual.

Tabela 6: Número de publicações presentes no *corpus* documental oriundas de diferentes tipos de Instituições de Ensino Superior (IES).

Tipo de Instituição	Nº de publicações
Estadual	0
Federal	8
Privada	1
Total	9

Fonte: catálogo do Projeto EArte, organizado pela autora.

O gráfico a seguir apresenta a quantidade de publicações componentes do *corpus* documental definitivo em relação a sua respectiva IES.

Gráfico 6: Número de teses e dissertações presentes no *corpus* documental analisado, por Instituição de Ensino Superior (IES).



Fonte: catálogo do Projeto EArte, organizado pela autora

3.2 A relação entre Educação Ambiental e Reforma Agrária nas teses e dissertações brasileiras: aspectos teóricos e metodológicos

Com base nos objetivos e questões de cada um dos trabalhos constituintes do *corpus* documental foi feito um recorte do mesmo a fim de selecionar apenas os trabalhos que relacionavam Reforma Agrária e EA de forma explícita. Na tabela a seguir constam os três trabalhos selecionados, com seus códigos previamente apresentados nos procedimentos metodológicos de pesquisa e seus respectivos objetivos, extraídos de seus resumos.

Tabela 7: Códigos e trechos de pesquisas que compõem o *corpus* documental, que demonstram relações explícitas entre Reforma Agrária e Educação Ambiental em seus objetivos.

Código	Objetivos da pesquisa
T6	"Tratar sobre a representação social de meio ambiente e da educação ambiental entre os assentados do Assentamento 10 de abril, localizado no município do Crato, no estado do Ceará."
T7	"Se vale das narrativas das trajetórias de vida dos agricultores para compreender os saberes culturais e ambientais, a partir das suas experiências e vivências na relação com o meio ambiente para a construção de um Programa de Educação Ambiental."
T8	"Analisar os princípios e a prática dos/as assentados/as sobre meio ambiente e EA nos assentamentos rurais da reforma agrária acompanhados pelo MST."

Fonte: a autora.

3.2.1 Os referenciais metodológicos adotados

Os três trabalhos selecionados adotaram a abordagem qualitativa durante o desenvolvimento de suas pesquisas, e a deixam explícita na descrição do percurso metodológico das mesmas. Como já observado por Loureiro (2008), apesar de ser possível realizar pesquisas cujo foco são movimentos sociais a partir de diferentes abordagens, destaca-se a pesquisa qualitativa. Como expresso no T7,

Os métodos qualitativos são fundamentais para estudos dos aspectos sociais [...] justificando que os seres humanos não são dados, se constituem em processos que atuam de maneira criativa no seu cotidiano. É no cotidiano que reconhecem os sentidos e elementos que implicam a possibilidade de autopercepção de sujeito da história de vida na sua relação de experiência com o ambiente contextual. (FERRAROTI *apud* T7, p. 24)

Apesar de suas especificidades, os três trabalhos utilizaram para a execução dos mesmos a metodologia de pesquisa participante, em que, de acordo com o autor do T6 “trabalha-se com a produção coletiva do conhecimento” (T6, p. 20).

Como a autora do T7 acrescenta,

É uma forma de aproximação para examinar manifestações e formulações dos participantes não só em relação às dimensões socioculturais e ambientais, mas também para perceber particularidades que podem conduzir a novas formulações e perspectivas de análise. (T7, p. 28)

Embora sejam pesquisas qualitativas que adotaram a observação participante, em cada um dos três trabalhos foram traçados procedimentos metodológicos distintos entre si.

O T6 corresponde a uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, e para tanto realizou além de levantamentos da bibliografia existente a respeito, análises historiográficas em documentos, jornais, registros, entre outros, a fim de melhor compreender a maneira como se sucederam os fenômenos e se construíram os discursos que posteriormente foram analisados. Além disso, foram realizadas visitas ao assentamento em questão, bem como entrevistas “semi-orientadas” com assentados, dirigentes do MST, representantes de organizações não-governamentais (ONGs), profissionais e gestores de instituições públicas e privadas, totalizando 66 entrevistados.

Para perceber a maneira como os assentados enxergavam o meio ambiente e o conceito de EA, foi utilizado o método de “mapas mentais” (LYNCH, 2001), que como explica o autor,

[...] são as imagens que os indivíduos criam sobre seu espaço geográfico [...] A importância dos mapas mentais reside no fato destas imagens individuais influenciarem largamente as escolhas e comportamentos dos indivíduos e as visões políticas, econômicas e culturais sobre o mundo atual (KOZEL-TEIXEIRA, 2001). Os mapas mentais representam o que os indivíduos pensam do mundo vivido. São representações simbólicas que o indivíduo mantém com o meio, refletindo as visões de mundo relacionadas ao seu comportamento e suas ações. Mapas mentais são processos cognitivos por meio dos quais se pode apropriar e compreender o mundo ao redor, sendo também caracterizado como um tipo de representação (KOZEL-TEIXEIRA, 2001). A interpretação dos mapas mentais consiste na leitura das imagens que são elaboradas pelos indivíduos, propiciando a compreensão do que é captado pela percepção dos mesmos. Nos mapas mentais, ocorre uma grande expressividade e percepções por parte dos indivíduos e dos grupos. (KOZEL-TEIXEIRA, 2001, *apud* T6, p.38)

Em T7, por sua vez, foi realizada uma pesquisa de caráter biográfico, por meio de abordagens como a “entrevista profunda” e a “investigação de histórias de vida”, ambas objetivando compreender as experiências vividas pelos participantes por meio de suas narrativas. São consideradas como fontes biográficas, relatos orais, autobiografias, entrevistas, entre outros. De acordo com Chizzotti (1998, p. 47)

A história de vida ou relatos podem ter forma obrigatória onde o autor relata suas percepções pessoais, os sentimentos íntimos que marcaram sua experiência, ou os acontecimentos vividos no contexto de sua trajetória de vida. Pode ser um discurso livre de percepções subjetivas ou recorrer às fontes documentais, as afirmações e relatos pessoais. (CHIZZOTTI, 1998, p. 47)

Já a autora de T8 utilizou-se de três diferentes métodos, além da pesquisa participante: a análise fenomenológica, o levantamento etnográfico e o estudo de caso. Como a mesma justifica, a escolha do método fenomenológico se deu pois “este enfoque descreve significados das experiências de vida sobre uma determinada concepção ou fenômeno” e “buscam a estrutura invariável (ou essência), com elementos externos e internos baseados na memória, imagens, significações e vivências” (SATO *apud* T8, p.19)

3.2.2 Os referenciais teóricos adotados

Quanto ao referencial teórico adotado, o T6 explicita sua fundamentação quando diz que “a base para o referencial teórico da presente pesquisa está em Reigota (2004), que trata dos conceitos de meio ambiente e educação ambiental como representações sociais” (T6, p. 28). O autor justifica:

Está no conceito de meio ambiente a primeira questão a ser considerada neste estudo, pois meio ambiente, como representação social, limitava-se às condições naturais; só posteriormente, passou a incluir os problemas sociais, como a pobreza, as favelas, o desemprego, a fome, a violência, dentre outros. Portanto, diante do exposto, o termo Meio Ambiente apresenta-se com grande complexidade e compreende várias questões ligadas ao ser humano e à qualidade de vida do planeta. (T6, p. 28)

E acrescenta:

Concordando com Reigota (2002), quando afirma que a noção de meio ambiente apresenta-se como uma representação social, possuindo um caráter difuso e variado, a partir dos questionamentos e dissensos do que significa meio ambiente, o tema da pesquisa foi escolhido por entender que os

assentados desenvolvem práticas ambientais (REIGOTA, 2002, apud T6, p. 17)

Apesar de não estar explicitada a escolha de nenhum referencial teórico em específico, no T7 Reigota (2002) também é mencionado como norteador na construção do Programa de Educação Ambiental dos assentamentos que participaram da pesquisa, realizada na região de Pampa gaúcho. A autora afirma que, dessa maneira, objetivou “que os saberes e conhecimentos partilhados pudessem, de forma crítica, criar possibilidades para os problemas ambientais no assentamento” (T7, p. 148), e ratifica a afirmação citando Reigota (2002, p. 28):

É por intermédio das interações intersubjetivas e comunicativas entre pessoas com diferentes concepções de mundo e relações cotidianas com o meio natural e construído; características da vida social e afetiva; acesso a diferentes produtos culturais; formas de manifestar as suas ideias; conhecimento e cultura; dimensões do tempo e de expectativas de vida, níveis de consumo e de participação política que poderemos estabelecer diretrizes mínimas para a solução de problemas ambientais que preocupam a todos nós. (REIGOTA, 2002, p. 28)

Ainda no resumo, bem como ao longo do desenvolvimento do trabalho, a autora do T8 recorre a Reigota (2001, 2002, 2004) como referencial, não apenas na conceituação de meio ambiente enquanto representação social mas especialmente reiterando o caráter e potencial crítico e político da EA. Nas palavras da autora: “concebo a EA como uma educação política, que visa atitudes e valores para construir novos hábitos e conhecimentos sobre o ambiente” (T8, p.106). Fazendo referência a Reigota (2002), assinala:

Como bem reitera Reigota (2002), a EA é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos; não é transmissão de conhecimentos sobre ecologia e tampouco a utilização dos recursos racionalmente, mas, basicamente, a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental. (REIGOTA, 2002, apud T8, p. 107).

A escolha por esse autor para fundamentar teoricamente as pesquisas expõe o viés crítico do qual os três trabalhos partem, bem como a abordagem ambientalista da Reforma Agrária enquanto movimento social, visto que em sua obra reforça a contínua e permanente interação entre os aspectos sociais, políticos e culturais na construção da EA, e a importância da mesma em educar cidadãos social, política e ambientalmente engajados (REIGOTA, 2004).

Para tanto, recorre às contribuições deixadas por Paulo Freire no que tange à educação como ato político e, portanto, ao seu potencial libertário, por meio de uma

proposta contra hegemônica, ou seja, alinhando sua práxis ao objetivo de construir um novo paradigma que supere a relação oprimido-opressor, por meio da Pedagogia da Libertação (FREIRE, 1970; REIGOTA, 2008).

Além de Reigota (2001, 2002, 2004), a autora de T8 recorre ao longo do trabalho a outros dois autores para sua fundamentação teórica: Sauv   (1997, 2005), por meio de suas categorias de concep  es e representa  es paradigmáticas do ambiente, nas quais baseia-se para a discussão dos resultados obtidos através dos questionários aplicados a 53 membros do MST, de 19 estados brasileiros; além de reiterar no decorrer do trabalho o viés freiriano que assume para a elabora  o do mesmo. Como a autora aponta:

Observei que o pensamento de Paulo Freire ajuda nos trabalhos de EA que vêm sendo desenvolvidos nos assentamentos, já que uma de suas características    partir da realidade e da participa  o da comunidade, considerando os saberes dessa popula  o. Dessa forma, os problemas da EA estão sendo trabalhados na educa  o libertadora da teoria freiriana, nos temas geradores que partiam dos problemas vividos pelos educandos. (T8, p. 77)

A importância de Freire se justifica devido às suas contribui  es no campo da Reforma Agrária e da educa  o libertadora e popular no campo, bem como sua análise da questão ambiental, ainda que não definida por essa nomenclatura em sua obra, mas exposta de maneira indireta (ROSSI; DI GIORGI, 2014). Em T8, a autora reitera a perspectiva freiriana adotada em sua tese no terceiro capítulo, intitulado “Descortinando a educa  o ambiental em Paulo Freire” (p. 74), no qual justifica sua escolha no seguinte parágrafo:

Freire parte dos problemas e experiências da realidade e vai demonstrando, na atividade da reforma agrária, um tema fértil, em que vai escrevendo sua op  o política pela organiza  o dos movimentos sociais no campo, sendo suas ideias lembradas e seguidas por muitos desses movimentos, entre eles, o MST, motivo que nos fez escolhê-lo como um dos nossos principais teóricos neste trabalho. No autor acima citado, percebo diretamente a valoriza  o da natureza no sentido de ir além, de respeitá-la, e não só de conservá-la como algo intocável, mas de perceber suas diversas possibilidades, sem a explora  o, a ganância do ter mais, para o enriquecimento dos que det  m o poder, pois são os dominadores quem mais exploram, em todos os sentidos, tanto a fôrça de trabalho do homem como os recursos naturais. (T8, p. 74)

Como esperado, devido    sua associa  o com propostas contra hegem  nicas de mobiliza  o social e de mudanças sist  micas, os trabalhos que buscaram relacionar Reforma Agrária, MST e Educa  o Ambiental, o fizeram a partir da

macrotendência crítica, embasando-se em autores que salientam a importância de incorporar aspectos sociais e culturais à abordagem da EA, bem como a necessidade de atrelar sua prática à formação de cidadãos socialmente engajados com as problemáticas atuais.

3.3 Fragilidades e potencialidades: as principais conclusões obtidas

Os três trabalhos escolhidos a partir do *corpus* documental apresentavam diferentes propósitos, mas tinham em comum a busca por compreender quais as concepções dos assentados frente à temática ambiental.

No T6, cujo objetivo foi analisar a representação social de meio ambiente e EA entre assentados de um único assentamento, o autor discorre nas considerações finais acerca da falta de consenso sobre o que é meio ambiente e EA entre os 66 participantes do estudo. Ademais, aponta para uma indefinição a respeito “da clareza dos termos meio ambiente e educação ambiental por parte dos envolvidos com o Assentamento, como professores, técnicos, crianças, jovens e adultos” (T6, p. 135), o que repercute no cotidiano dos assentados. Ainda questiona: “Será que essa organização [o MST] tem se preocupado com a questão [ambiental] a ponto de preparar seus assentados?” (T6, p. 135)

Apesar disso, o autor observa que a ocupação de terras e seu uso, por meio da Constituição Brasileira, são temas centrais na vida diária dos assentados, que fazem da mesma uma “possibilidade concreta de acesso à dignidade humana, tornando-se um instrumento de formação e educação dos trabalhadores rurais, transformando-os em sujeitos de sua própria história” (T6, p. 136).

Sendo assim, segundo o autor, ao lutarem pelo direito à terra e por sua redistribuição e democratização, os assentados “atuam no sentido de preservar a vida” (T6, p. 136), o que constitui importante prática dentro dos processos cotidianos de educação ambiental, ainda que em seus depoimentos não a nomeiem dessa forma, ou que falte embasamento ou mesmo consenso para definir e conceituar o que seria de fato a EA e o meio ambiente.

Nesse contexto, quando eles lutam por terra, moradia, escola, energia, água, sementes, crédito agrícola, dentre outras reivindicações estão lutando pelo equilíbrio do meio ambiente. Ao mesmo tempo quando procuram conviver respeitando os demais assentados nas suas Agrovilas através de vivências

que tratam do uso e da ocupação da terra, da produção de alimentos, do uso da agrofloresta, do embelezamento do assentamento, das festas, do lazer, do trabalho coletivo e individual, da cooperativa e da agroindústria estão praticando educação ambiental. As imagens, depoimentos, falas, desenhos, poesias e demais documentos como o Estatuto e o Regimento do Assentamento 10 de Abril, além da proposta ambiental do MST retrata a preocupação com o meio ambiente e a educação ambiental nas representações sociais dos assentados e nos militantes do Movimento. (T6, p. 137-138)

No T7, a autora também denuncia a falta de preparo dos assentados por parte dos técnicos em extensão rural e do próprio INCRA quanto ao manejo, à questão ambiental e aos impactos da agricultura e dos resíduos dos assentamentos, em especial quando esses estão inseridos em áreas de grande relevância para conservação, tal qual o bioma de Pampa Gaúcho. São apontadas falhas do INCRA tanto na área de implantação do assentamento quanto acerca da falta de orientação dos assentados no que tange à importância da Área de Preservação Permanente (APP), o que acarretou na fragilização da estabilidade do solo local.

Como ela aponta,

O INCRA como órgão governamental não considerou fatores importantes na ocupação da terra com vista à sustentabilidade econômica e ambiental dos assentamentos. Os agricultores, ao serem assentados, não tiveram conhecimentos sobre o ecossistema para a redução de impactos ambientais, e a não delimitação das áreas de preservação permanente comprometeu a capacidade regenerativa da vegetação e contribuiu para o aumento das erosões. As práticas de agricultura tradicional dos agricultores com a ocupação da totalidade da unidade produtiva, com o cultivo próximo dos cursos da água, o acesso do gado aos corpos hídricos e a drenagem dos banhados [...] não são percebidas pelos agricultores como práticas que podem gerar a degradação do meio ambiente. [...] O INCRA, como responsável, coloca em risco uma grande área do Pampa Gaúcho, ao tomar decisões de cunho político sem fundamento técnico científico, o que justifica não ter considerado a perspectiva de preservação ambiental na implantação de assentamentos rurais nessa região, com restrição na produção agrícola pelas características físicas e biológicas. (T7, p. 221-222)

A partir das práticas dialógicas para a construção do Programa de Educação Ambiental dos assentamentos, contudo, a autora reflete sobre as potencialidades encontradas nas discussões e atividades participativas realizadas, para a formação de um novo olhar às questões ambientais locais, mais atento à conciliação entre as demandas dos assentados e da proteção do bioma em que vivem.

Concluo as tramas da pesquisa entendendo que os espaços dos assentamentos são dinâmicos e as experiências e vivências no processo de elaboração do programa de educação ambiental produziram conhecimentos e saberes que fizeram sentido para os agricultores. Este processo de construção de educação ambiental nos assentamentos rurais representa o ponto de partida de um caminho a ser percorrido, mesmo apontando que os momentos educativos se constituíram em novas aprendizagens, não significa a ruptura com determinados conhecimentos e certezas na organização dos assentamentos. (T7, p. 222-223)

Dessa forma, apesar das falhas existentes tanto na implantação de assentamentos rurais em áreas protegidas ou vulneráveis, quanto na condução de atividades agrícolas e no manejo dos assentamentos, responsabilidades do INCRA e de seus técnicos, com a implementação de um Programa de Educação Ambiental, as perspectivas são bastante positivas, visto a abertura dos assentados para a construção de políticas de gestão participativa. Nas palavras da autora,

No trabalho com educação ambiental, em comunidades rurais, encontrei um caminho que me pareceu promissor na construção da autonomia e da emancipação dos grupos sociais, a participação dos sujeitos num processo dialógico para a transformação da realidade. (T7, p. 223)

Assim como observado no T6, a autora do T8 também constata a luta pela terra como discussão central no cotidiano dos assentados, e a dimensão ambiental do movimento dentro do assentamento se dá por meio deste enfoque. Como argumentação, relembra os princípios do MST, os quais mencionam o cuidado com a terra e o combate à fome por meio de um modelo agrícola sustentável. Assim como no T6, a autora ressalta que, mesmo que muitas vezes não o faça de maneira direta e explícita em discursos e ações dos assentamentos, as pautas do MST por Reforma Agrária são intrínsecas à Educação Ambiental, enquanto se norteia pela luta pela terra e sua função social.

A luta e a conquista da terra pelo MST, em si, já pode ser considerada um primeiro passo para que a EA esteja sendo vivida. Porque a luta pela terra, para que nela se produza com respeito ao ambiente, é algo que vem sendo deixado explícito nos documentos do movimento e experienciado em algumas regiões. A EA é vivida na busca por um pedaço de chão, como uma luta política, educativa e ambiental, no sentido de ser implantada em assentamentos, dentro do sistema de cooperação coletiva e individual. A cooperação na agricultura e a racionalização da produção de acordo com os recursos naturais, têm sido menos agressivas com o meio ambiente, porque

usam a lógica do cuidado em manter o ambiente com condições de sustentabilidade visto que a natureza é esgotável. (T8, p. 213)

Com base em sua experiência em assentamentos rurais na Paraíba, a autora alude à importância de políticas públicas e acompanhamento técnico para garantir que os agricultores tenham acesso à informação, a um programa de EA e a programas de educação no campo, de forma a fomentar a sustentabilidade do modelo agrícola. Como exemplos positivos, cita a produção de arroz e soja orgânicas e a organização de feiras de produtos agroecológicos.

Ademais, a autora assevera que as novas gerações estão cada vez mais engajadas com as questões ambientais dentro dos assentamentos paraibanos, segundo ela, devido à atuação dos educadores envolvidos nas campanhas com os Sem-Terrinhas.

Percebo que as crianças defendem a EA com uma nova perspectiva para o MST. Elas têm surpreendido, com apresentação de problemas para os adultos e ações simples chamando a atenção dos pais, dos colegas. Isso traz resultados fortes para a conservação do meio ambiente junto aos jovens, adultos e até idosos. Nesse trabalho de EA, as gerações atuais vão tendo uma maior visão de cuidar melhor do ambiente e buscar, na luta pela terra, mais dignidade. Suas falas resgatam uma nova esperança [...] (T8, p. 211)

Sendo assim, a autora encerra as considerações finais de sua tese de maneira positiva acerca da relação entre os assentados, a luta por Reforma Agrária e a EA, como finaliza seu trabalho:

Confirmando práticas ambientais de uma maneira geral e de modo específico na busca por terra para quem nela trabalha, desenvolvendo ações sustentáveis, cuidando da conservação e preservação de seus recursos naturais, assim como nas questões sociais, como bem afirmou uma coordenadora, que existe uma mudança maior na luta por dias melhores em toda a estrutura da sociedade. Assim confirmo minha tese de que, no MST, é vivida a EA nos documentos e na prática. O movimento contempla, na luta pela terra, o cuidado com a natureza. (T8, p. 213)

De maneira geral, constata-se a partir das principais conclusões dos três trabalhos analisados que a questão ambiental nos assentamentos de Reforma Agrária perpassa a luta pela terra em primeira instância, sendo ela o eixo norteador dos princípios e práticas do MST. Contudo, questiona-se a assessoria e o suporte que os agricultores recebem para atuarem de maneira sustentável, bem como para que seja

implementado um programa de Educação Ambiental que seja efetivo, visto as dificuldades técnicas e financeiras que os assentamentos enfrentam, as quais vêm se agravando ainda mais devido às ações dos últimos governantes.

Apesar da recorrente falta de suporte e de políticas públicas que garantam a EA nos assentamentos, além de programas de educação no campo, os autores concordam quanto ao potencial da EA nos assentamentos quando abordadas metodologias participativas.

Ainda que, muitas vezes, os termos “Educação Ambiental” ou “ambientalismo” não apareçam explicitamente nos discursos, depoimentos, ações e campanhas dentro dos assentamentos, a Reforma Agrária está inevitavelmente relacionada às pautas da EA Crítica, e a luta pelo direito à terra é também a luta por agroecologia, sustentabilidade, cidadania, soberania alimentar, acesso à educação e democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura agrária brasileira construiu-se sobre sucessivas violações da terra e daqueles que nela viviam, a começar pelo processo de colonização nacional, até os dias atuais. Como herança dessa história marcada pela exploração, o Brasil ainda hoje apresenta níveis alarmantes no que tange à concentração fundiária, e a Reforma Agrária urge como medida para redistribuir e democratizar o acesso à terra. Nesse pano de fundo, muitas foram as manifestações protagonizadas por povos nativos, populações escravizadas e comunidades rurais, ao longo da história brasileira.

Durante a ditadura militar, as reivindicações pela terra, pautadas em sua função social, emergiram e se consolidaram por meio de um consistente movimento que se distribuiu por todo o território nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Desse período, data também a ascensão da Educação Ambiental como estratégia técnico-política com o objetivo de frear e reverter os descompassos presentes entre o sistema político-econômico e o cenário socioambiental. Sendo assim, a luta pelo acesso à terra para fins sociais configura como reivindicação para a justiça social, englobando portanto reivindicações da abordagem crítica da EA, também.

Por meio da sistematização de pesquisas feitas por estudantes de pós-graduação no Brasil, que relacionaram a EA não-formal e a reforma agrária em suas teses e dissertações, pretendeu-se, com o presente trabalho, contribuir para o amadurecimento desse campo de pesquisa, bem como auxiliar futuros pesquisadores que queiram compreender como os estudos vêm sendo conduzidos, quais são os referenciais metodológicos e teóricos mais utilizados e quais têm sido as principais conclusões obtidas nesses trabalhos.

No percurso metodológico dessa pesquisa, foram selecionados 9 trabalhos, e observou-se a predominância de pesquisas vinculadas à IES federais do Sul do país, visto que essa região foi o berço do MST e ainda apresenta expressividade quanto às disputas agrárias sociais. Além disso, nota-se que as pesquisas se concentraram no período de tempo correspondente ao governo Lula, o que pode ser explicado pela maior visibilidade que o tema tinha em seu programa político.

Entre o total de trabalhos do *corpus* documental definitivo, três foram analisados. Todos correspondem a pesquisas qualitativas, e foram utilizados diferentes métodos e abordagens para o cumprimento dos objetivos da pesquisa,

como mapas mentais, entrevistas semi-estruturadas, observação participante, histórias de vida, estudo de caso, entre outros. Os principais referenciais teóricos estão em Paulo Freire, com a Pedagogia da Libertação, e Marcos Reigota, por meio de sua conceituação de meio ambiente e representações sociais, bem como pela natureza crítica e emancipatória da EA que propõe.

Nos três trabalhos, constatou-se que a problemática ambiental nos assentamentos de Reforma Agrária é atravessada sempre pela luta pela terra e pelo direito agrário, correspondendo então ao cerne dos princípios e práticas do MST. Todavia, foi questionada a assessoria e o suporte que os agricultores recebem para atuarem de maneira sustentável, além da implementação de programas de EA nos assentamentos que de fato fossem efetivos, devido a desafios técnicos e financeiras que os assentamentos enfrentam.

A partir dos fundamentos históricos e teóricos, e da análise de teses e dissertações publicados sobre o tema, observa-se que a Reforma Agrária é uma questão de extrema importância para a construção de sociedades sustentáveis e justas, visto que a democratização do acesso à terra está associado não só à reparação de uma linha temporal marcada pela exploração da natureza e de homens e mulheres, mas também para a soberania alimentar, a conservação ambiental, o manejo da agro-biodiversidade e o fortalecimento da cidadania, importantes pautas da Educação Ambiental crítica.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.
- BOMBARDI, L. M. **A Lei da Revisão Agrária em São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo (FFLCH). São Paulo. 2012.
- CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estud. av.**, [s.l.], vol.15, n.43, p.207-224. 2001.
- CANUTO, A. Direito Humano à Terra: a construção de um marco de resistência às violações. In: RECH, D. *et al.* **Direitos Humanos no Brasil 2: diagnóstico e perspectivas**. Coletânea CERIS, ano 2, n. 2. Rio de Janeiro: CERIS, 2006. p. 167 - 193
- CARNEIRO, A; CIOCCARI, M. **Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985: Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos**. Brasília: MDA. 2011.
- CARVALHO, I. S. M. **Educação ambiental e a formação do sujeito ecológico**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- CARVALHO, L. M *et al.* A educação ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica – teses e dissertações. **CNPq: Relatório Científico**. Rio Claro, UNESP – Rio Claro, UNICAMP, USP – Ribeirão Preto, 2016
- CATTELAN, R.; MORAES, M.L.; ROSSONI, R. A. A Reforma Agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995 – 2019). **Rev. Nera**, Presidente Prudente, v. 23, n. 55, p. 138-164, 2020.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.
- COLETTI, C. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CONVERSI, D. Sovereignty in a Changing World: From Westphalia to Food Sovereignty. **Globalizations**, [s.l.], v. 13, n. 4, p 484-498, 2016.
- CUBAS, T. **São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2012.
- DEMEULENAERE, E.; BONNEUIL, C. Cultiver la biodiversité: Semences et identité paysanne. In: HERVIEU, B.; MAYER, N.; MÜLLER, P.; PURSEIGLE, F.; REMY, J. **Les mondes agricoles en politique: de la fin des paysans au retour de la question agricole**. Paris: Presses de Sciences Po, p.73-92. 2010.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. Conferencia Internacional sobre la Reforma Agraria y el Desarrollo Rural – CIRADR. Declaración Final. Porto Alegre, 2006.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERRAROTTI, F. Las Historias de vida como método. **Revista Convergencia**. Mexico: UAEM, 14, p. 15-40. 2007.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade**. Ano XXIII, p. 257-272. 2002.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001. 221 p.

FRACALANZA, H.; AMARAL, I. A.; MEDIG NETO, J.; EBERLIN, T. S. A Educação Ambiental no Brasil: panorama inicial da produção acadêmica. **Ciências em Foco**, Campinas, v.1, p.1-14, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GALVÃO, M.N.C. **Educação ambiental nos assentamentos rurais do MST**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2006.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental crítica**. In: LAYRARGUES, P.P. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola: 2006. 363p.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2018.

KAWASAKI, C. S. *et al.* A pesquisa em educação ambiental nos EPEAs (2001-2007): natureza dos trabalhos, contextos educacionais e focos temáticos. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 4, p. 147- 163, 2009.

KNIJNIK, G. Etnomatemática e Educação no Movimento Sem-Terra. In: SILVA, L.H. **A Escola Cidadã no Contexto da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 272-286.

KOZEL-TEIXEIRA, S. **Das imagens à linguagem do geográfico**: Curitiba a “Capital Ecológica”. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo –USP – FFLCH, São Paulo, 2001.

LAYRARGUES, P.P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. In: **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 17, p. 23-40, 2014.

LIMA, G.F.C. **Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil**: emergência, identidades e desafios. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, Campinas. 2005.

_____. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 145-163, 2009.

LISBOA, T.K. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste Catarinense: Um novo movimento social. **Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina**, Chapecó, ano 3, n. 5, 1988.

LORENZETTI, L. **Estilos de pensamento em Educação Ambiental: uma análise a partir das dissertações e teses**. 2008. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008

LORENZETTI, L.; DELIZOICOV, D. Educação Ambiental: um olhar sobre Dissertações e Teses. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. Belo Horizonte, v. 6, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais: reflexões e questões levantadas no GDP. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Carlos, v. 3, p.187-202, 2008.

LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de Aliança contra-hegemônica. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 53 - 71, 2013.

LYNCH, K. **The image of the city**. Cambridge: M.I.T. Press, 1960.

MAGACHO, L.N. **Pesquisa em Educação Ambiental e movimentos sociais: um estudo sobre teses e dissertações brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Biociências, Unesp, Rio Claro. 2017.

MARCHETTI, F.; MORUZZI MARQUES, P.E.; SANTOS, J.D.; SILVA, F.O.C. Caminhos da reforma agrária no Brasil e suas implicações para a agrobiodiversidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 284-311, 2020.

MARTINS, J.S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto. 2011. 256 p.

MEDEIROS, L.S. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002. 127 p.

MEGID NETO, J. Educação ambiental como campo de conhecimento: a contribuição das pesquisas acadêmicas para sua consolidação no Brasil. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 4, p. 95-110, 2009.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Nera**, [s.l], vol. 9, n. 8, pp.151-162. 2006.

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. I Congresso Nacional. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**. Curitiba, set. 1985.

OLIVEIRA, A.U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1997.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições. 2007.

PAYNE, P.G. Framing research: conceptualizing, contextualizing, representation, legitimization. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Ribeirão Preto, v. 4, p. 49-77, 2009.

PEIXOTO, S.E.A.A. **A reforma agrária no Brasil: uma leitura das décadas de 1990 e 2000**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2017.

PINHEIRO, A.E. **Educação Ambiental no contexto da extensão rural pública: a execução do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental no Núcleo Operacional São Gabriel (RS)**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande. 2015.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Cidadania e educação ambiental. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v.20, p. 61-69, 2008.

ROSSI, R.; DI GIORGI, C.A.G. Paulo Freire e Educação do Campo: da invasão à ocupação cultural para a liberdade. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 17, P. 652-671, 2014.

SATO, M. Apaixonadamente pesquisadora em Educação Ambiental. **Educação Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 9, n.16/17, p.24-35, 2001.

SAUVÉ, L. La educación ambiental entre la modernidad y la posmodernidad: en busca de un marco de referencia educativo integrador. **Temas en Educación Ambiental**. Mexico, v.1, n. 2, p. 7-25, 1999.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 6, n. 10, p. 72-102, 1997.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais rurais e meio ambiente. In: SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

SOUZA, D. C; SALVI, R. F. Um mapeamento da pesquisa em educação ambiental nas pós-graduações stricto sensu no Brasil (2003-2007). **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, [s.l.], v. 26, 2011.

STEDILE, J.P. (org). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional - 1500-1960** (v.1). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964** (v.4). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STRAZZACAPPA, C. **A questão das terras no Brasil: das sesmarias ao MST**. São Paulo: Moderna, 1999.

SZMRECSANYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

TOMAZELO, M. G. C. Reflexões acerca das dissertações e teses brasileiras em educação ambiental do período 1987-2001. **Enseñanza de las Ciencias**, VII Congresso, p.1-6, 2005.

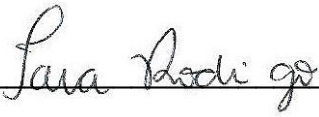
VEIGA, J.E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1981. 219 pp. (Estudos Rurais 11).

VIGNATTI, M.A.P. **De “coisa de pequeno burguês” para um debate relevante: a trajetória ambiental do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - 1984/2004**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental). Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF. 2005.

VENDRAMINI, C.R. A Experiência Coletiva como fonte de aprendizagem nas lutas coletivas do MST no Brasil. **Revista Lusófona de Educação**, [s.l.], n. 6, 2005.

Rio Claro, 8 de março de 2021

Aluna: Iara Rodrigo

A handwritten signature in black ink, reading "Iara Rodrigo", is written over a horizontal line.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho

A handwritten signature in blue ink, reading "Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho", is written over a horizontal line.